

ACTA 2/2011

-- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Alienação em hasta pública de parcela de terreno, em área ocupada pelo Parque de Campismo de Mil Regos – Ericeira, destinada à edificação de hotel 4/5 estrelas; 3) Expropriação de parcelas de terreno, tendo em vista a implementação do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas; 4) Projecto de Alteração do Regulamento dos períodos de abertura e funcionamentos dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho de Mafra; 5) Modificação aos Documentos Previsionais – 1.ª Revisão; 6) Prestação de Contas do ano económico de 2010; 7) Relatórios de Contas do ano de 2010 das empresas AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; MATADOURO REGIONAL DE MAFRA; TAPADA NACIONAL DE MAFRA – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM e PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA. -----

-- Passavam dezasseis minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Primeira Secretária), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Rute Júlio Azeiteiro, Aníbal Rolim Ferra, Andreia Filipa Lourenço Duarte que substituiu António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira, António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra), Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, Daniela Filipa Batista da Costa que substituiu Carlos Alberto Batalha, Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hugo Manuel Moreira Luís, Ivo Tiago Marques Caracol, João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José Eduardo Libânio da Silva, José Lourenço Alves do Nascimento que substituiu Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação), Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte, que substituiu Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova), Júlio Manuel Lopes, Licínia Correia Batista Quitério, Manuel Maria Pimenta, Maria Beatriz Severino Gonçalves que substituiu Daniel Duarte Marchante, Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo), Mário Manuel da Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, Nuno José Silvestre Quitério, que substituiu Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça), Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Teresa Jesus Afonso Alexandre, Tiago Miguel Plácido Nunes, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro) e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (Segundo Secretário). Verificaram-se as seguintes ausências: Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), cuja falta a mesa da Assembleia Municipal deliberou

Aprovado
em reunião
de 5 de Abril de 2011
6 de PSD e 1 de PS
30/6/2011
V
b

justificar; e Luís Filipe de Almeida Cordeiro, que não apresentou justificação. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Assembleia que "ao abrigo do artigo oitenta e três, fossem integrados dois pontos na Ordem de Trabalhos, designadamente o pedido de suspensão do Senhor José João Lopes Costa, por um período superior a trinta dias, e a eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para informar que "relativamente à substituição do Senhor José João Lopes Costa, gostaríamos que o Senhor Eduardo Libânio o substituisse." -----

-- Foram colocadas à votação a introdução destes dois pontos. Atendendo a que deve esta Assembleia Municipal designar um representante para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal, no mandato dois mil e nove – dois mil e treze, foi reconhecido por todos os membros presentes, nos termos do disposto no artigo oitenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a urgência de deliberação imediata, tendo em vista o prosseguimento dos trabalhos da referida Comissão. Relativamente à suspensão do mandato de José João Lopes Costa, atendendo a que deve, de acordo com o disposto no número dois do artigo setenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, esta Assembleia Municipal apreciar o pedido de suspensão em apreço na sessão seguinte à respectiva apresentação, foi reconhecido por todos os membros presentes, nos termos do disposto no artigo oitenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a urgência de deliberação imediata. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão a acta número um de dois mil e onze. -----

-- Prosseguiu-se com a votação da acta número um, tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----

-- Interveio o Senhor Joaquim Biancard Cruz, mencionando que "o mais importante na política são as pessoas e os valores humanos. É sobre estes valores que devemos reflectir sempre que comemoramos o processo, tão importante, para transição para o regime democrático que se iniciou no vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Em comunhão com este espírito, são os problemas das pessoas que realmente nos preocupam, é para elas que queremos transformar Mafra e transformar Portugal. Portugal vive hoje tempos difíceis, tempos muito exigentes. O estado a que o país chegou foi tudo menos o que qualquer português sonharia enfrentar. Nos últimos quinze anos, os Socialistas governaram doze a treze anos e os Sociais-Democratas dois a três anos, os resultados estão à vista de todos, cabe a cada um saber acatar as suas responsabilidades. Nos últimos anos, as oposições, os sindicatos, a sociedade, souberam pedir muito mais, por vezes até como se não soubesse que havia um fundo nas contas públicas, seria uma espécie de grande poço sem fundo. Saibamos que estar ao lado das causas mais correctas e exactas, por exemplo também num período de reflexão e num dia comemorativo como o primeiro dia de Maio que aí vem, defendendo mesmo o que é preciso. Liberdade significa termos autonomia para decidir, ora, quem hipoteca com os compromissos presentes as gerações futuras, está a condicionar a liberdade de uma geração e dos mais jovens para decidirem no futuro, na sua terra, no seu território, em Portugal. Instrumentalizou-se, palavra que se usava muito para criticar o anterior regime, em democracia. Instrumentalizou-se os reguladores, os dirigentes máximos afectos à gestão financeira do Estado Português, rompendo-se com uma máxima, que até vinha do tempo anterior ao vinte e cinco de Abril, e que considero uma boa prática: o Governador do Banco de Portugal e o Ministro das Finanças são intocáveis e as suas vontades também, desde que transmitam rigor, devendo estas ser vinculativas perante qualquer acção ou opção política, chama-se

a isto em Economia o prelado das finanças públicas. Portugal vive hoje uma situação de crise económica e social que se agrava de dia para dia sem precedentes, a pior homenagem que podemos fazer à democracia. Desde o princípio que era fundamental responder à crise com energia, com acções de efeito no imediato, com soluções excepcionais e temporárias e com uma visão de futuro para médio e longo prazo para todos os portugueses. Era realmente crucial responder à crise com verdade porque só com seriedade se constrói a cumplicidade e confiança necessárias entre governantes e governados, imprescindível para defendermos toda e qualquer dificuldade. Mas, sobre esta matéria o topo da governação não quis ouvir ninguém, nem autarquias, nem oposição, nem sindicatos, nem sociedade civil, nem confederações. Agiu sozinho, pensando que o combate à crise beneficiaria o Governo e, deste modo, só o Governo ficaria bem visto aos olhos dos portugueses. Pergunto, pensou nos benefícios políticos que poderia obter? Não pensou no benefício do país e dos portugueses? Cada um que faça o seu juízo. No entanto, com estas políticas erradas os resultados aí estão e temos que pedir ajuda externa. Não concordo com o modo para pedido de ajuda, às sete da tarde, quase que pela «porta do cavalo» a um periódico de Economia, parecia algo feito a medo. Mas, também não podemos ter a arrogância, e mais uma vez a estratégia política acima do patriotismo, quando nos recusamos a apresentar soluções para Portugal não querendo reunir com aqueles que nos vêm de fora ajudar, esses também não estão bem. Sabemos que o anarquismo e os extremismos são-lhes palcos favoráveis para golpes de asa, em ambiente propício desse auto-poder. A situação de crise que atravessamos não tem só a ver com a crise internacional, está relacionado, mas com a crise que já cá estava muito antes da actual crise internacional. Espero que, sinceramente, neste período de Eleições Legislativas, todos os políticos, de todos os partidos, saibam estar à altura dos portugueses, dos Mafrenses, do colectivo, da nossa democracia. Não vale a pena perder mais tempo com diagnósticos, temos de defender prioridades: a redução da despesa pública que absorve a riqueza que criamos, se é que ainda conseguimos criar riqueza; a descentralização efectiva do Estado para aqueles que melhor sabem fazer, como a Autarquia; a flexibilização do mercado de trabalho, porque, senão, o escape são os recibos verdes, é bom que se reflita nisto no próximo primeiro de Maio; o combate acérrimo à corrupção e branqueamento de capitais, mas também não vale a pena fechar a zona franca da Madeira, senão fechar as outras *offshores* do mundo inteiro. A Justiça que de tão lenta acaba por criar a maior injustiça, denegando uma democracia que se quer verdadeira e que acredito que é democracia de todos os que se empenharam e envolveram em setenta e quatro. Por último, semear o futuro, mais Educação, mais exigência na mesma. Educação mais descentralizada, envolvendo mais as autarquias. Senhor Engenheiro, ao longo do seu mandato teve coisas melhores e piores, há uma que, até mais do que qualquer monumentalidade até da própria auto-estrada, eu estou ao seu lado com muito orgulho, é na aposta que fez na Educação e no que semeia para o futuro de todos os Mafrenses. Por isto tudo, viva a democracia! Viva Portugal! Viva Mafra também!" -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Branco, mencionando que "este ponto sobre o vinte e cinco de Abril começou com um discurso que eu considero uma quebra das regras do vinte e cinco de Abril, contrapondo tudo o que foi dito nas comemorações do vinte e cinco de Abril. Naturalmente que esta análise parcelar, deslocada, não faz sentido nenhum. Queremos dizer, desde já, que não nos identificamos minimamente com a intervenção que foi feita nesta Assembleia. O vinte e cinco de Abril está vivo e ele para todos nós deve ter uma clareza completamente diferente e que eu vou transmitir através da leitura da moção que trazemos a esta Assembleia e que convidaria todos os membros a reflectirem sobre a mesma e que depois tomem uma decisão." Passou a ler a moção que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO UM". -----

-- No uso da palavra o Senhor Aníbal Ferra referiu que "não tinha na minha mente fazer uma abordagem que não fosse aquela que trazia preparada, mas depois de

ouvir o deputado do PSD gostaria de apresentar aqui uma rejeição total. Nos tempos que correm, falar em flexibilidade de trabalho dá para pensar o que o PSD terá em mente, se chegar ao Governo nas próximas eleições. Já uma vez referi aqui que se um extraterrestre caísse nesta sala e ouvisse falar o PSD e o PS pensaria que estes dois partidos nunca governaram. O deputado do PSD teve o cuidado de passar uma borracha nos anos em que o PSD governava, porque foi o PSD o coveiro da nossa indústria, da pesca, da agricultura, do mar de que tanto fala o nosso Presidente da República. De que é que está a falar o PSD? Quem levou este país para o ponto onde este se encontra? Foram as negociatas, foram as empresas públicas participadas, foram as empresas municipais para fugirem ao Tribunal de Contas e aos seus gastos, foram todas essas tarefas menos claras que levaram este país à actual situação. Na última Assembleia Municipal fiz um desafio para esta Assembleia se debruçar sobre o aumento efectuado nas águas, de dezassete por cento. Quando li esta semana uma notícia que dizia que os eurodeputados, do PS e PSD, fizeram uma proposta de se aumentar em vinte e três por cento e só o Bloco de Esquerda votou contra, lembrei-me eu do aumento das águas, de certeza que estes deputados vivem em Mafra e estão a fazer o aumento semelhante ao da água. Por essa razão o Bloco de Esquerda traz aqui uma moção.". Anexou-se a esta acta a referida moção com a designação de "ANEXO DOIS". -----

-- Seguidamente, interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para ler uma saudação sobre o vinte e cinco de Abril, que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----

-- De seguida, o Senhor Sérgio Santos tomou a palavra, referindo: "Em nome da tão falada crise, as entidades com o dever de apoiar o associativismo ainda nada falaram para o ano de dois mil e onze. As colectividades culturais, recreativas e desportivas esperam, como «peixe fora de água», por esses pequenos apoios, pois, de outra forma, ficam em vias de extinção. As dificuldades destas colectividades vão desde o apoio logístico, à cedência de autocarros, às ajudas para a realização de festas e eventos, situações essas que têm levado ao desespero os seus órgãos sociais. Para a falta de verbas há muitas soluções, uma delas o encerramento das colectividades. Em rigor não é solução, já que com a mesma o nosso Concelho fica a perder muito porque, muitas vezes, é a honra de cada responsável dirigente que está em causa, mas paradoxalmente pode ser a solução para alguns autarcas, quanto menos colectividades existirem menor o número de incómodos. As promessas eleitorais de ontem têm que ser cumpridas hoje, porque amanhã haverá outro acto eleitoral. Caros deputados, as colectividades são as forças vivas das nossas freguesias, das nossas gentes e, acima de tudo, uma forma cultural de sermos saloios. A bancada do partido Socialista agradece o esclarecimento por parte do Executivo da Câmara de Mafra do que tem sido feito e do que será feito para ajudar as associações do nosso Concelho. Caso contrário, diremos «quando a alma é pequena, tudo vale a pena»." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "à semelhança do que foi fiz na última Assembleia, gostaria de falar sobre os Censos, uma vez que exerço funções de delegado municipal, juntamente com outra colega. Na última Assembleia anunciei que íamos começar a operação dos Censos. Esta operação, em termos de calendário oficial, terminou no passado fim-de-semana, no entanto, e desde o início que sabíamos que seria assim, o trabalho continua no terreno porque o crescimento do Concelho de Mafra, como em outros pontos do país, aliado a algumas dificuldades que encontrámos em termos de logística, atrasaram um pouco este processo. Não posso hoje aqui dizer que está concluída no Concelho de Mafra porque, de facto, há freguesias que ainda não fecharam as operações, nem posso trazer aqui os dados provisórios. No entanto, como parte das operações já decorreram, importa referir que, por exemplo, cerca de doze mil e novecentos lares do Concelho de Mafra responderam aos Censos através da Internet. Este é o valor oficial que vai aparecer nos dados, sendo certo porém que muitos destes questionários acabaram por ser preenchidos nas próprias Juntas de Freguesia que prestaram um apoio inestimável a esta operação e que quando as pessoas, em

período em que se podia responder pela Internet, se dirigiam às Juntas, os próprios funcionários colaboravam no seu preenchimento. Também os recenseadores quando recolhiam os questionários, na semana em que houve simultaneidade entre a recolha em papel e via electrónica, quando os impressos vinham rasurados ou com nódoas, optou-se por estes serem lançados no sistema informático, ou seja, estes doze mil e novecentos lares não responderam efectivamente através da Internet, houve também muito trabalho feito nas Juntas e pelos recenseadores. No entanto, importa já referir que, neste momento, ainda falta apurar as grandes freguesias para terminar o apuramento, o crescimento do Concelho de Mafra, relativamente a dois mil e um, cifra-se nos trinta por cento. De cerca de cinquenta e quatro mil pessoas recenseadas em dois mil e um, até ao presente momento temos já setenta e uma mil pessoas recenseadas no Concelho de Mafra. A título de curiosidade, registou-se também um grande número de alojamentos que estão vagos, outras situações oriundas de falências, processos em tribunais, algumas zonas com população mais envelhecida com casas abandonadas, mas, mesmo assim, o crescimento é real em número de alojamentos, em número de edifícios e em população. Importa ainda também referir uma outra importante componente dos Censos, no meu entender, e isto é um factor humano que para nós já valeu a pena, as reuniões que temos tido com todos os recenseadores trazem-nos experiências de vida únicas. Tivemos uma previsão inicial de trezentos alojamentos para serem contactados por cada recenseador no período de quinze dias e o que se constatou foi que um só recenseador chegou a ter uma área com seiscentos, setecentos ou oitocentos alojamentos, má previsão do INE que provocou atrasos. A população do Concelho de Mafra foi das mais participativas. Foram inúmeros os telefonemas das pessoas para as Juntas de Freguesia a alertarem que ainda não tinham recebido os Censos, para o número do INE e também a Autarquia lançou, através do seu site, uma forma das pessoas alertarem para esta situação e nós tentávamos enviar para o local os recenseadores. Houve pessoas que não compreenderam como isto se processava. Os recenseadores trabalhavam em regime pós-laboral, essencialmente das sete às nove da noite, tivemos alguns casos em que estes foram mal tratados, ofendidos e ameaçados. No entanto, na globalidade foram bem recebidos. Temos também a vantagem de, ao termos percorrido todas as casas, nos termos deparado com situações sociais que ninguém pensava existirem. Numa freguesia do Concelho de Mafra, uma recenseadora acompanhada por um elemento do Executivo da Junta deparou-se com umas ruínas com uma pessoa que já lá residia há cerca de sete meses, toda a gente passava ali e ninguém sabia que morava lá alguém. Conseguiram esta informação através de outra pessoa, foram lá, o senhor apareceu, educado, e quando a recenseadora o questionou se conseguia tomar banho, ele respondeu que sim, mas não tinha onde. A mesma situação se verificou em relação à alimentação. No dia seguinte, a recenseadora foi ao local levar comida, o senhor já não estava lá e a informação que obtivemos é que essa Junta da Freguesia esteve lá, levou o senhor e entregou-o na Segurança Social. Actualmente, o referido senhor está na Comunidade Vida e Paz, recuperou a sua dignidade, tem roupa e comida, estando já pronto para dar o seu contributo. Este foi um caso social em que, se calhar, se não houvesse Censos, o senhor era mais um dos que morria ali sozinho. Também noutra freguesia houve o caso de um jovem em que lhe morreram os pais há uns meses, tinha dezoito anos, e o que se pensou na freguesia é que ele teria ido para casa de familiares para outro lado. O jovem estava dentro da sua vivenda, com tudo e morava lá já há mais de três meses, em condições deploráveis. Também aqui a Junta da Freguesia interveio, através do Centro Social, levar um cabaz de comida, ajudar o jovem e encaminhar as coisas. Portanto, quanto mais não seja por estes dois casos, valeu a pena fazer os Censos, valeu a pena ir porta-a-porta. É evidente que a operação ainda não terminou, ainda faltam alguns dados, mas estou em condições de garantir que na próxima Assembleia já terei os dados definitivos do Concelho e poderei fornecê-los, inclusivamente, às forças partidárias aqui presentes, porque é um dado estatístico importante. Nós estamos há vários dias no

edifício da Protecção Civil até às duas, três da manhã, com equipas a fazer contagens, à semelhança do que acontece em todas as Juntas. Muitos elementos do Executivo, que não vão receber nada por colaborarem nos Censos, têm estado de porta aberta com os funcionários a contarem papéis e a passarem-nos a limpo. É um esforço muito grande não só dos cento e vinte recenseadores que foram insuficientes para aquilo que era desejável, mas todas as Juntas de Freguesia estiveram empenhadas e, com o apoio também da Câmara, conseguimos levar a «bom porto» esta operação. Neste momento, são estes os dados que temos para vos dar, sendo certo que ainda há zonas que não conseguimos acabar. Em termos globais, este processo correu bem, pelo menos é esta a opinião do INE. Relativamente ao que ouvi aqui nos discursos anteriores, concordei com parte do que foi proferido pelo Senhor Branco, outra parte não até porque na última Assembleia quando se falava de Vítor Alves, foi o Partido Comunista que trouxe aqui um voto de pesar pelo seu falecimento, e, de facto, também nessa altura manifestei que era uma pessoa ímpar e um munícipe que merecia esse destaque. Sobre essa parte estou inteiramente de acordo, agora utilizar as duas coisas juntas para depois fazer uma moção, isso não posso concordar. Relativamente à moção aqui trazida pelo Partido Comunista, tenho pessoas da minha família que também foram presas, eram tipógrafos e imprimiam coisas do Partido Comunista. Essas vicissitudes do Antigo Regime e de opressão foram-me transmitidas, agora referir que estamos a voltar à mesma coisa acho que é um pouco exagero. Solidarizo-me com todas as pessoas que sofreram no Antigo Regime, e no Concelho de Mafra foram muitas. Solidarizo-me com essa atitude de luta contra algo que estava mal, agora dizer que estamos a voltar ao mesmo, acho um pouco exagerado e não poderei votar a favor.” -----

-- Pediu a palavra o Senhor António Branco para dizer: “Senhor Deputado Miguel Ângelo peço-lhe que esteja mais atento ao que se passa nas Assembleias porque na última Assembleia quem veio trazer a questão do Major Vítor Alves foi a bancada do Partido Socialista. Julgo que o senhor intervém sempre, levantando as questões, desvalorizando as intervenções, talvez tenha escolhido o Partido Socialista, acho bem que o tenha feito, como seu adversário permanente, porque nós também escolhemos o seu partido quando entendemos que devemos responder. Acho bem que nos escolha como adversários, agora não refaça a história dizendo mentiras. Relativamente à abordagem da questão dos Censos, agradou-me a sua intervenção explicando o trabalho que desenvolveu neste âmbito. A única coisa que o senhor nos faz aqui é falar nos Censos, nos casos isolados e na intervenção do Executivo e das Juntas de Freguesia. Ficamos satisfeitos que isso tenha sido feito, mas a única coisa que o senhor faz nesta Assembleia é valorizar um conjunto de coisas, desvalorizando outras. Não tem o mínimo de respeito por quem quer que seja, pelas bancadas ou pelas intervenções políticas dos adversários, se é assim que entende, e traz sempre questões desta natureza para a Assembleia, que nós já estamos fartos de as ouvir. O Executivo sabe que o apoia, não é preciso que o bajule mais, nem valorizar o que quer que seja, tem é que respeitar todas as forças políticas e vir aqui dizer, ainda por cima enquanto coordenador, o que é relevante para os Censos. Gostaria só ainda de dizer ao Senhor Joaquim Biancard Cruz que não contabilizei os anos que o PS ou o PSD estiveram no Governo, o PS esteve no Governo porque o povo o elegeu, com toda a legitimidade estaremos no Governo enquanto o povo nos continuar a dar o voto. Estamos no Governo porque fomos eleitos assim, coisa que outros partidos não o podem fazer porque não lhes foi dado o voto nesse sentido. É esta a essência da democracia: o povo escolhe maioritariamente os seus governos e os seus dirigentes. Tenho muito orgulho de ter apoiado o Partido Socialista enquanto foi Governo e terei muito orgulho em continuar a apoiá-lo quando este não for. Apoiarei sempre o Partido Socialista nestas matérias, mas com respeito pelos adversários, não é vir a uma Assembleia levantar um conjunto de questões por mera batalha política imediata, dizendo coisas que não fazem sentido. Neste sentido, identifico-me claramente com a intervenção do Partido Comunista que levantou um conjunto de questões com a

clareza do que é que era o passado, temos que perceber o que era o passado e onde estamos hoje, dizendo com clareza o que queremos." -----

-- Interveio novamente o Senhor Miguel Ângelo para dizer que "em termos regimentais e legais, em Portugal não há deputados municipais, existem membros da Assembleia Municipal, já que o deputado tem poder legislativo. Tanto quanto sei não temos poder legislativo. Senhor Branco, membro da Assembleia Municipal, andamos aqui há muitos anos, tenho estima por si, e sabe que tenho, errei e venho aqui dizer quando o faço. Sinceramente, pensei que quem tivesse apresentado a última moção sobre Vítor Alves tivesse sido o Partido Comunista Português, peço desculpa se o senhor entendeu este erro como uma ofensa pessoal à sua dignidade. Se vir a acta da última Assembleia, quando falei sobre Vítor Alves, que era amigo pessoal do meu avô, referi-me igualmente ao Partido Comunista. Posso ter estado distraído na última Assembleia e repeti o erro. Agora, se está farto de me ouvir, como o senhor diz, em democracia também fui eleito e também vou andar aqui mais dois anos, que é a tal democracia que o povo elege. Peço desculpa, mas vou continuar a intervir sempre que ache necessário. Falar de democracia e dizer que uma pessoa que discorde das minhas ideias devia era estar calado que eu estou farto de o ouvir, é um critério de democracia que deixa muito a desejar, a começar logo pela palavra democracia que significa debate de ideias. Esta é uma premissa base. Relativamente a essa questão, acho que os senhores andam um bocado «inflamados», agora vou-me dirigir ao Partido Socialista como um todo. Eu ouvi com atenção a segunda figura do Estado Português dizer: «acima de tudo o Partido Socialista», isto foi dito pelo Doutor Jaime Gama no Congresso do Partido Socialista. Eu tenho por hábito dizer o seguinte: acima de tudo Portugal, depois o meu Município e depois o meu Partido. Mas, como os senhores põem acima de tudo o PS, esquecem-se do Município e de Portugal." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "irá realizar-se o décimo nono Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Coimbra, no dia nove de Julho, do qual farão parte o Presidente de Junta que os representa, o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal. Informo ainda que renunciou ao mandato a Senhora Dona Maria Teresa Oliveira Castelo Freire que era eleita da CDU." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos respondeu, referindo que "relativamente ao associativismo, não há atraso na atribuição das participações financeiras. Entretanto, estamos a trabalhar na elaboração de um regulamento, em substituição das normas existentes. Mesmo com as muitas dificuldades orçamentais, vamos estar atentos aos sinais claros daqueles que necessitam e carecem do nosso apoio para continuarem a sua valiosa prestação a favor da comunidade. Vamos continuar a apoiar as associações, mas com restrições." -----

-- Não se verificando mais inscrições, foram colocadas a votação as moções apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda. Relativamente à saudação da CDU esta não requereu votação. A moção apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada, com vinte e seis votos contra do PPD/PSD, nove votos a favor do PS e um da CDU, e uma abstenção do PPD/PSD, uma do Bloco de Esquerda e duas do CDS/PP. Sobre a moção do Bloco de Esquerda, esta foi rejeitada com vinte e sete votos contra do PPD/PSD, um voto a favor do Bloco de Esquerda e um da CDU, e nove abstenções do PS e duas do CDS/PP. -----

-- Deu-se início ao período da Ordem do Dia com a introdução do primeiro ponto, designadamente **"Eleição do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal"**. ---

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "durante esta semana, no dia vinte e sete de Abril, decorreu uma reunião para análise da Comissão de Acompanhamento na Câmara Municipal de Mafra. Como representante da Assembleia Municipal esteve presente o Segundo Secretário da mesma." -----

-- Sobre este ponto, o Senhor Joaquim Biancard Cruz informou que "a bancada do PPD/PSD propõe para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do

Plano Director Municipal o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Doutor Joaquim Sardinha." -----

-- Prosseguiu-se com a votação. A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou face ao previsto na alínea c), número um do artigo sétimo da portaria número mil quatrocentos e setenta e quatro/ dois mil e sete, de dezasseis de Novembro, eleger como representante na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal o seguinte membro: Joaquim Francisco da Silva Sardinha. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sete votos contra e duas abstenções. -----

-- Iniciou-se o segundo ponto designado "**Apreciação da Suspensão de Mandato – José João Lopes Costa**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o Senhor José João Lopes Costa informou a Assembleia que iria estar ausente por motivos de doença. -

-- Interveio o Senhor António Branco para dizer que "gostaria de desejar a recuperação rápida do Senhor José João Costa, que é uma pessoa que todos respeitamos nesta Assembleia. Daqui a noventa dias esperamos já poder contar com a sua companhia." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz acrescentou que "manifesto a minha solidariedade para com o líder de bancada da CDU, desejando-lhe as suas melhoras e rápida convalescença. Votaremos, com certeza, favoravelmente." -----

-- O Senhor Tiago Nunes disse que "vinha manifestar também a nossa solidariedade para com o membro da Assembleia Municipal da CDU, José João Costa, e desejar-lhe rápidas melhoras. Esperamos voltar a vê-lo aqui, assim que possível." -----

-- Passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal deliberou, face ao previsto no número dois e alínea a) do número três do artigo setenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, aceitar o pedido de suspensão do Senhor José João Lopes Costa pelo período de noventa dias, a contar do dia vinte de Abril de dois mil e onze. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos do PPD/PSD, nove do PS, dois do CDS/PP, um do Bloco de Esquerda e um da CDU. -----

-- Prosseguiu-se com o terceiro ponto, denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "na reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal (PDM) esteve presente um representante da Assembleia Municipal, que poderá, melhor do que eu, relatar o que se passou. Apesar da distribuição atempada de toda a documentação, foi solicitado à Câmara Municipal que fizesse uma exposição, que durou cerca de duas horas, explicando todo o trabalho que foi feito até agora. Portanto, não houve qualquer decisão de aprovação ou rejeição, o que torna os processos de revisão do PDM muito morosos. Os técnicos manifestaram-se satisfeitos e louvaram o trabalho efectuado pela Câmara Municipal. Agora estamos à espera que haja uma nova reunião da Comissão Técnica para, aí sim, haver uma emissão de parecer por parte dessas entidades, que é consubstanciado no parecer da CCDD-LVT. A CCDD-LVT é que fica com a responsabilidade de fazer a colectânea de todos os pareceres parcelares e depois emitir o seu parecer global sobre a proposta de ordenamento." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Segundo Secretário da Assembleia Municipal, que representou a mesma na referida reunião, para relatar o que foi tratado. -----

-- Usando da palavra, o Senhor Luís Ribeiro Alves disse que "estive em representação do Doutor Sardinha que não pôde estar presente. Todo o trabalho foi realmente feito pela Câmara que fez uma apresentação excelente. As entidades presentes não tinham revisto toda a documentação enviada pela Câmara, tendo ficado de a estudarem posteriormente e enviar os respectivos pareceres até Junho.

O Presidente da Comissão comprometeu-se a cumprir esse prazo. Neste sentido, esperamos que, brevemente, tenhamos novidades sobre esta matéria." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Eduardo Libânio da Silva passou a poder intervir nesta Assembleia Municipal, enquanto representante da CDU. -----

-- Não se verificaram inscrições, pelo que se passou ao quarto ponto designado **"Alienação em hasta pública de parcela de terreno, em área ocupada pelo Parque de Campismo de Mil Regos – Ericeira, destinada à edificação de hotel 4/5 estrelas"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal relembrou que "há cerca de dois anos solicitámos a autorização da Assembleia para alienar uma parcela de terreno também no Parque de Campismo para construção de uma unidade hoteleira. O concurso ficou deserto, desenvolvemos um conjunto de esforços no sentido de atrair eventuais promotores ou investidores que estivessem interessados na alienação, mas tal não aconteceu, face à conjuntura económica. Neste momento, estamos a propor uma redefinição da parcela de terreno a alienar, permitindo a criação de um acesso pela Estrada Nacional, quando dantes era pela Variante Norte da Ericeira, e mais um piso, sendo que numa parte passou de três para quatro pisos e noutra de dois para três pisos. Aumentou-se a área de construção em quatro mil metros quadrados. Também a base de licitação passou de quatro milhões e cem mil euros para cinco milhões de euros. Tal como no processo anterior, a CCDR-LVT foi consultada, tendo dado o seu parecer favorável". -----

-- Sobre este assunto, o Senhor Manuel Pimenta disse que "efectivamente, não discutimos este assunto há dois anos, mas há três anos. Foi no dia vinte e nove de Abril de dois mil e oito, fará amanhã, por isso, três anos. O Partido Socialista, tal como há três anos, aprova esta alienação, só que, para além da diferença de espaço, notámos também aqui um aumento do número de quartos previstos, que inicialmente eram cerca de cento e cinquenta a duzentos e agora nesta proposta são duzentos e trinta e dois. Na área eram quatro hectares ponto um e agora são quatro hectares ponto três. O Partido Socialista vota favoravelmente esta alienação." -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra, dizendo que: "atendendo à natureza da construção que vai ser edificada; ao lugar; ao espaço; ao caminhar de Mafra, mais uma vez, para a desertificação, destruindo mais árvores, contrariamente àquilo que o ambiente nos aconselharia; também porque uma unidade desta categoria, de quatro ou cinco estrelas, inserida num espaço onde é um parque de campismo, seguramente arrastar-nos-á para dizermos adeus ao parque de campismo; à construção de mais camas, o qual aceitaríamos partindo por um princípio levantado por um membro do Partido Socialista de uma unidade de tipo pousada da juventude ou semelhante; para um hotel de quatro ou cinco estrelas naquele espaço, o Bloco de Esquerda vai votar contra." -----

-- O Senhor Filipe Infante referiu que "está essencialmente em causa a autorização da alienação de uma parcela de terreno em hasta pública, destinada a promover o desenvolvimento da região, nomeadamente num vector estratégico que é o turismo. O objecto em causa, como já foi referido, situa-se no Parque de Campismo de Mil Regos, na Ericeira, e a aprovação desta medida permitirá aqui a edificação de uma iniciativa numa zona muito bonita e que irá aumentar significativamente a oferta hoteleira de qualidade no Concelho. Em suma, uma iniciativa que saudamos. Neste sentido, a bancada do PPD/PSD irá votar favoravelmente." -----

-- Não havendo mais inscrições, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou nos termos do disposto na alínea i), do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, autorizar a alienação, sob a forma da hasta pública, da parcela de terreno identificada na proposta apresentada, com a área de quarenta e três mil, oitocentos e vinte e seis metros quadrados, determinando como preço de licitação o valor de cinco milhões de euros, de acordo

com o Auto de Avaliação anexo à referida proposta, devendo a alienação respeitar o necessário Programa de Procedimentos. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e nove do PS, dois votos contra da CDU e um do Bloco de Esquerda, e duas abstenções do CDS/PP. A CDU apresentou uma declaração de voto. -----

-- Apresentando a declaração de voto, o Senhor Eduardo Libânio disse que: "porque somos contra a alienação do património municipal a favor de terceiros, pese embora os proveitos financeiros daí auferidos; porque entendemos que outras soluções podiam e deviam ter sido consideradas para a rentabilização do espaço em questão, sem que o Município perdesse definitivamente a sua propriedade; porque, por outro lado, receamos que o volume de construção prevista seja contrário à preservação da nossa orla costeira, constituindo mais um peso urbanístico indesejável a somar a tantos outros na mesma região já autorizados; a CDU vota contra a alienação desta parcela do património municipal." -----

-- Prosseguiu-se com o quinto ponto, denominado **"Expropriação de parcelas de terreno, tendo em vista a implementação do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas"**. -----

-- Sobre este tema, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "trata-se do pedido de declaração de utilidade pública para exercer o direito que decorre da aprovação do Plano de Pormenor e assim poder concursar a obra, que já tem financiamento comunitário." -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que "tive o cuidado de ler com atenção os documentos que nos foram apresentados e, de facto, o que se trata aqui é a não concordância com o valor da indemnização entre a Câmara Municipal e as três partes proprietárias dos terrenos, há uma proposta no sentido das mesmas virem a esta Assembleia com o objectivo de votarmos favoravelmente para transferência da propriedade para a Câmara. Eu olhei para os valores dos prédios e, de facto, os únicos elementos que eu tenho são os apresentados pela Ribeira d'Ilhas Surfcamp, em que o valor do prédio proposto é dez vezes mais a proposta do Município. Quanto ao valor do terreno, este é de seis vezes mais. Julgo que é matéria que revela claramente uma falta de equilíbrio da negociação. A negociação não pode ser balizada nestes termos e, portanto, o interesse público deve prevalecer nestas situações. Foi nesse sentido que foi votado por todos os Vereadores esta operação. De qualquer forma, da leitura da carta da Ribeira d'Ilhas Surfcamp, reconheço que há aqui um historial destes empreendedores, devendo ser, na minha opinião, salvaguardado o seu esforço ao longo do tempo na promoção de Ribeira d'Ilhas enquanto marca para o surf a nível nacional. Portanto, a pergunta que eu iria fazer era, de certo modo, se está previsto um envolvimento destes empreendedores, porque eles têm ali um projecto interessante, e que tem servido o Município em Ribeira d'Ilhas ao longo de muitos anos e, de um momento para o outro, as obras exigem que aquele projecto desapareça? Admito que haja muitos empreendedores interessados em Ribeira d'Ilhas e na importância que esta irá ter para o surf, todos nós temos a grande expectativa que aquele projecto seja um projecto chave para o desenvolvimento do turismo no Concelho de Mafra. A pergunta que eu gostaria de fazer é se há, por parte da Câmara, a perspectiva de também salvaguardar o envolvimento deles na promoção de uma praia que hoje é uma referência no Concelho?" -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu que "a expropriação, em si, é sempre um acto que levará as partes a tribunal e, portanto, haverá sempre a oportunidade de resolver não só em sede de tribunal, mas também sempre com a Câmara Municipal. Tenho a certeza que, no decurso do processo, tudo chegará a bom termo. Vamos votar a favor desta expropriação porque há um interesse público que prevalece nas condições e na melhoria do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas e do projecto pensado para esta zona, que é estratégico, nomeadamente depois da Ericeira ter sido reconhecida como Reserva Mundial de Surf." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que foi disponibilizada toda a documentação que foi recebida, contudo "ainda hoje, já

depois de concluída a lista, recebemos uma carta que foi dirigida também ao Presidente da Câmara Municipal e que depois foi rasurada e dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal sobre este tema. Presume-se que sejam os interessados a informar a Câmara da sua discordância e surpresa da intenção da Câmara." -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal deliberou, atentos os fundamentos de facto e de direito que constam da proposta submetida à apreciação da Câmara Municipal em reunião datada de catorze de Abril e que fazem parte integrante da presente deliberação, nomeadamente: a) As razões de interesse público que se encontram espelhadas no relatório anexo ao Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas, entre as quais avultam a estratégia concelhia de desenvolvimento sustentado e a requalificação urbana e ambiental do litoral do Concelho de Mafra, bem como a defesa de um património vulnerável, com problemas de erosão, originando situações de risco para pessoas e bens, como se verifica em alguns aglomerados litorais e zonas balneares; e b) Os principais objectivos que presidiram à elaboração do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas, dos quais se salientam a promoção de acções de gestão urbanística, tendo em vista o reordenamento da zona envolvente à praia para dinamização de um pólo de apoio às actividades desportivas relacionadas com desportos de onda, através da localização de estruturas permanentes de apoios aos eventos relacionados com estas actividades, a reabilitação e/ou reconstrução das edificações existentes na adjacência da praia com vista à sua utilização para apoio às práticas desportivas, a valorização e tratamento das margens na embocadura da foz do Rio do Cuco e a infra-estruturação da praia através de solução de conjunto, garantindo acessibilidade à praia de pessoas com mobilidade condicionada; Declarar a utilidade pública da expropriação, nos termos previstos no artigo cinquenta e três, número um, alínea r), da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção vigente e nos artigos décimo terceiro e décimo quarto do Código das Expropriações e do artigo cento e vinte e oito, do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/ noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua redacção actual, dos três prédios mencionados na proposta supra referida, a seguir identificados: um - Prédio com a área de três mil e sessenta e dois metros quadrados, correspondente ao prédio sito na Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, a confrontar a norte com António Fernandes Costa, a sul com herdeiros de João Duarte Portela, a nascente com José Miranda e a poente com Foz, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo cento e sessenta e cinco, da Secção A e na matriz predial urbana sob o artigo dois mil e oitenta e quatro e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra, sob o 1772/ 19920427, sendo sujeito activo/titular do direito de propriedade, Ângelo Custódio Rodrigues, SA; dois - Prédio com a área de dois mil, setecentos e cinquenta metros quadrados, correspondente ao prédio sito na Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, a confrontar a norte com herdeiros de José Duarte Portela, a sul com Albertina Dias Portela, a nascente com José Miranda e a poente com Foz, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo cento e sessenta e seis, da Secção A, e na matriz predial urbana sob o artigo dois mil e oitenta e três e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra, sob o número 1773/ 19920427, sendo sujeito activo/titular do direito de propriedade Ângelo Custódio Rodrigues, SA; três - Prédio urbano, com a área de quatro mil metros quadrados, sito na Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, a confrontar a norte com Domínio Público, a sul com Caminho, a nascente com Manuel Leiria e a poente com Caminho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo mil seiscentos e trinta e três, da Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra, sob o número 4066/ 20020411, da Freguesia da Ericeira, sendo sujeito activo/titular do direito de propriedade, Banco BPI, SA; encontrando-se o prédio locado, de acordo com a apresentação vinte e três, de dois mil e oito/ zero quatro/ trinta, pelo prazo de cento e oitenta meses, com início em dois mil e oito/ zero quatro/ vinte e nove, a Gonçalo Nuno Carmona da Costa Ferreira de Oliveira, Mafalda Carmona da Costa Ferreira de Oliveira, Teresa Margarida Gamboa Soares e onerado, com contrato de

arrendamento comercial, à empresa Ribeira d'Ilhas Surfcamp – Exploração de Empreendimentos Hoteleiros, Lda.. Mais deliberou, considerando que a consignação da Empreitada referente à Construção de Equipamentos de Apoio de Praia e Respectiva Envolvente, da Praia de Ribeira d'Ilhas, terá previsivelmente lugar em Setembro do corrente ano, data esta que não poderá ser protelada, sob pena de se colocar em risco os cofinanciamentos comunitários, no âmbito do QREN/ PORLisboa e do Turismo de Portugal, atribuir carácter de urgência à expropriação, ao abrigo do disposto no artigo décimo quinto do Código das Expropriações, atendendo à data prevista para a consignação da Empreitada e ao cumprimento do programa de financiamento comunitário aprovado, que não se coadunam com outra modalidade de procedimento expropriativo. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e nove do PS, e duas abstenções da CDU, uma do Bloco de Esquerda e duas do CDS/PP. -----

-- O Senhor António Branco acrescentou ainda que, "se fosse possível, gostaria de ser informado pelo Executivo, podendo ser por escrito, do que é que está projectado para Ribeira d'Ilhas e se, de facto, está previsto alguma coisa envolvendo os empreendedores ligados ao Ribeira d'Ilhas Surfcamp?" -----

-- Sobre esta questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "uma vez com os terrenos na posse da Câmara, o projecto será desenvolvido através do lançamento de um concurso público, aberto a todos os concorrentes. Quer isto dizer que os actuais proprietários poderão concorrer como todos os outros, mas é evidente que os currículos serão apreciados. Não respondi anteriormente porque não queria condicionar a declaração de utilidade pública." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu para que fossem também efectuadas as seguintes alterações na Ordem dos Trabalhos: "o ponto número sete deverá passar a ser o ponto referente aos relatórios de contas do ano de dois mil e dez, isto porque resulta da consolidação das contas um conjunto de valores activos que são espelhados na aprovação dos relatórios destas entidades onde a Câmara Municipal participa. Sendo essas situações líquidas que são transportadas para a consolidação, este ponto toma conhecimento antes da aprovação das contas. Por outro lado, também não se deverá rever a modificação dos documentos previsionais na primeira revisão, dado que é a transferência do saldo da conta e gerência anterior. Portanto, esta mudança aproveita para ter coerência lógica e cronológica das aprovações." -----

-- Deu-se início ao ponto número seis referente ao **"Projecto de Alteração do Regulamento dos períodos de abertura e funcionamentos dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho de Mafra"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "esta proposta decorre da aplicação da Lei. Devo dizer que, a nível dos municípios que integram a Junta Metropolitana de Lisboa, não houve consenso. Cada Concelho tem uma realidade diferente. Ainda assim, a maioria das Câmaras Municipais propôs às respectivas Assembleias a abertura das grandes superfícies aos domingos" -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal referiu que "relativamente a esta proposta, verificamos que foram adicionados pareceres de várias entidades, designadamente a ACISM, a DECO e o Sindicato dos Hoteleiros do Sul. Verificamos que foram propostas algumas alterações, mas, no essencial, esses pareceres são favoráveis. Queríamos prestar a nossa homenagem ao pequeno comércio e ao comércio tradicional, nomeadamente aqui bem defendido pela ACISM, que merece toda a nossa atenção. Consideramos que esta proposta de alteração de regulamento está em consonância com a realidade concelhia, com as ligações rodoviárias do Concelho aos concelhos limítrofes. Estamos de acordo e vamos votar favoravelmente." -----

-- O Senhor Carlos Reis disse que "nós tivemos o cuidado de olhar com alguma atenção para este projecto e não nos deixa muitas dúvidas. Mesmo respeitando as pessoas do pequeno comércio tradicional local, que possam estar a passar por algumas dificuldades neste momento, também não podemos deixar de reparar que

o facto do comércio das grandes superfícies abrir ao domingo, causa também um acréscimo de postos de trabalho. Sendo assim, venho, da parte da bancada do PSD, informar que votamos favoravelmente este projecto." -----

-- Interveio o Senhor Sérgio Santos, dizendo que "em nome do Partido Socialista, gostaria de referir que, depois de analisarmos os pareceres que vinham inerentes ao ponto, iremos votar favoravelmente, mas não sem deixar aqui de realçar o parecer dado pela ACISM, onde salienta a importância do comércio local, sendo bom que o Executivo pudesse levar em conta esse parecer." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar a alteração do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e dois do CDS/PP, e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

-- Prosseguiu-se com o sétimo ponto designado "**Relatórios de Contas do ano de 2010 das empresas AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; MATADOURO REGIONAL DE MAFRA; TAPADA NACIONAL DE MAFRA – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM e PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA.**" -----

-- Sobre este tema, o Senhor António Branco disse que "não vou abordar todos os aspectos relativos às empresas cujas contas vêm aqui à Assembleia, mas gostaria de deixar aqui algumas notas centradas, sobretudo, no conjunto das empresas que integram o perímetro de consolidação de Mafra. Falarei ainda sobre a Município, cuja degradação de resultados tem sido sucessiva nos últimos anos. Relativamente à Mafratlântico, como sabem foi aprovada a sua dissolução em Assembleia Geral no final do ano, a vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. O resultado líquido cifra-se na ordem dos oitocentos e quarenta mil euros. Mantém-se uma referência do ROC e no relatório do fiscal único ao facto de continuarem a existir seis milhões de euros correspondentes ao troço Mafra – Carapinheira – Juncal que, segundo o Tribunal de Contas, não poderia ter sido alienado pela Autarquia. A referência é só para eu tentar perceber porque é que isto é sempre referido e o que quer dizer? Quer dizer que há alguma operação que está por realizar? Ou é apenas porque as pessoas que fazem a certificação das contas não querem deixar de fazer referência a esta matéria? Não sei que consequências é que podemos tirar daqui. É uma pergunta que deixava ao Executivo, se for possível obter uma resposta. Relativamente à Giatul, apresenta também resultados positivos da ordem dos trinta e sete mil euros, invertendo uma situação negativa dos últimos anos. O essencial aqui é falar que o Ericeira Camping representa cinco por cento da oferta da área metropolitana de Lisboa, havendo, em termos dos rendimentos, um acréscimo de sete por cento, embora o número de pessoas e de dormidas tenha decaído, o que significa que o preço deverá ter subido. Depois há aqui também uma referência que gostaria de fazer. Não temos que nos meter na gestão das empresas municipais, eu até defendo que as empresas municipais têm os seus gestores e têm as suas responsabilidades e a Câmara não deve imiscuir-se nesta gestão autónoma, mas, de qualquer maneira, talvez seja possível justificar-nos aqui este aumento de trinta e nove por cento dos custos com o pessoal, que está associado à contratação de um Director Geral, apesar da redução do recurso ao trabalho temporário. Deve haver explicações para esta situação. A Pavimafra mantém resultados positivos, houve, como era expectável, porque nós também percebemos as dificuldades dos municípios, uma redução do investimento municipal e, portanto, isto reflectiu-se no

nível de actividade da própria Pavimafra, o número de obras executadas representou cerca de sessenta e três por cento do que estava programado, ou seja, realizaram-se à volta de quatro vírgula quatro milhões de euros para um plano de actividades de sete milhões de euros. Sobre o Matadouro Regional de Mafra, este é um projecto bem conseguido. Nós temos acompanhado ao longo do tempo os resultados do Matadouro, mantendo-se, em termos dos indicadores económico-financeiros, em valores aceitáveis. Os resultados líquidos também são positivos. Tem havido, sucessivamente, pequenos nichos de mercado e este ano foram efectuados contratos com dois novos clientes de grande dimensão. O investimento caiu, sessenta e sete mil euros. De qualquer maneira, as vendas tiveram um comportamento positivo, associado até ao facto do couro e das peles terem tido uma grande valorização durante o ano e é um nicho de mercado que foi então aproveitado. Relativamente à Tapada Nacional de Mafra, também recuperou em relação ao resultado negativo obtido no ano anterior. Mantém-se também alguns aspectos que estão a impedir o plano estratégico, não sei como é que ele tem sido concretizado, ou se não tem sido. Julgo que abordei todas as empresas. Em suma, em termos de resultados, elas apresentam todos resultados positivos e isso reflecte-se depois no consolidado, que é marcado pelo enorme défice da Câmara Municipal. Ainda sobre a Município, esta é uma daquelas participações reduzidas do Município, mas, de facto, os resultados líquidos foram negativos de quinhentos mil euros, no ano anterior já tinham sido de quatrocentos e vinte mil, apesar de no relatório falar numa fórmula de proximidade na prestação dos serviços. A redução da sua actividade tem sido sucessiva e os seus resultados negativos são péssimos."

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "os Revisores Oficiais de Contas têm que fazer o seu relatório e colocam ênfases ou reservas. Se a empresa consolida a um nível superior, ele tem que fazer a mesma reserva. Portanto, há três informações sempre sobre a mesma matéria, mas que são relevantes e, por isso, quer no relatório da consolidação, quer no relatório das empresas tem que aparecer." -----

-- O Senhor Ivo Caracol disse que "venho aqui falar das empresas de âmbito municipal, depois o meu colega Hugo falará das empresas de âmbito intermunicipal. A Tapada Nacional de Mafra apresentou um resultado líquido de seiscentos euros, um valor que considero reduzido, mas que será também em virtude da sua actuação e do decréscimo da aposta em visita que existe hoje em dia a nível cultural, devido à crise financeira que estamos a passar. Mesmo assim, verifica-se uma redução do passivo da empresa e um aumento do cumprimento dos prazos com terceiros. Paga mais cedo, recebe mais tarde. Este é um bom indicador de gestão financeira e gestão corrente da empresa, porque é sinal que esta ainda consegue cumprir com as suas obrigações. A Mafratlântico apresenta um resultado líquido de oitocentos e quarenta mil euros. A Pavimafra foi uma das empresas mais afectadas na sua actividade, tendo uma redução enorme a nível de custos, excepto numa rubrica, possivelmente devido à conjuntura internacional, que são os juros. A nível dos fornecimentos e serviços externos, consumos correntes e mercadorias, reduziu. Também há a salientar que foi adquirido vinte por cento da Giatul que em si influencia, são duzentos e oitenta e cinco mil euros. Será uma mais-valia futura que existirá, com os contratamentos e mesmo com a aquisição, existe um resultado líquido de cerca de duzentos mil euros. Relativamente ao Matadouro Regional de Mafra, as vendas aumentaram, a prestação de serviços reduziu muito ligeiramente, existe uma grande redução a nível do capital alheio, ou seja, empréstimos que estão concedidos e pagamentos a fornecedores. Existe uma melhoria no resultado líquido, o prazo médio de cumprimento com fornecedores também melhorou. Por fim, a actividade da Giatul aumenta, existe uma rubrica «outros» explicável. Existe uma redução dos custos, mais uma vez existe aqui um valor em contra-senso, impostos quinhentos e setenta e oito por cento do aumento. Deve ser a Câmara Municipal que anda a taxar as empresas municipais demais. No cumprimento melhorou, diminui um prazo e reduziu outro, o resultado líquido é positivo, de trinta e sete mil euros contra os duzentos e quarenta e quatro do ano passado. Olhando

de uma forma global para as empresas de âmbito municipal, a crise existe, mas os gestores das empresas parecem ter uma capacidade de se orientarem no meio do abismo que é Portugal. Aproveito para fazer um reparo sobre uma coisa que foi dita, e que me chocou. Como é que um partido que vota a favor do seu líder num congresso há tão pouco tempo vem aqui defender que as políticas que foram desenvolvidas foram mal desenvolvidas? Agora vem dizer que vamos fazer diferente. Com as mesmas pessoas, acho difícil." -----

-- No uso da palavra, o Senhor Hugo Luís referiu que "dando continuidade ao ponto sete como referiu o meu colega Ivo Caracol, relativamente às contas da Amagás, o Município de Mafra tem uma participação não societária de quatro vírgula doze por cento, que implicou a sua exclusão do perímetro de consolidação das contas municipais. Fazendo uma pequena apreciação, verificamos que apesar da reduzida actividade, o volume da receita anual na ordem dos sessenta e seis mil euros, a empresa apresentou um saldo de exercício negativo em quatro mil euros aproximadamente. Esta presença na Amagás custa anualmente ao Município de Mafra cerca de dois mil e setecentos euros. Fazendo uma pequena abordagem à Município, de referir que o Município detém uma participação financeira de dois ponto trinta e um, não sendo também incluída no perímetro de consolidação das contas municipais. Verificamos que a empresa aumentou o seu volume de negócios, face a dois mil e nove, em catorze por cento, ascendendo a dois milhões de euros. Contudo, apresentou um resultado líquido negativo de quatrocentos e noventa e dois mil euros. Analisando os resultados líquidos dos últimos dez anos, constatamos que a empresa não gerou resultados líquidos positivos durante dez anos, apresentando até uma tendência de agravamento nos últimos três anos. Conclui-se, portanto, que não foi cumprida a regra de equilíbrio das contas para o sector empresarial local. O reequilíbrio financeiro implicou uma transferência na proporção da participação social, que em dois mil e dez traduziu-se em quinze mil euros aproximadamente. Por último, e em relação à Simtejo, o mesmo enquadramento, isto é, pelo facto do Município ter uma participação de três ponto cinco por cento, também não foi incluída no perímetro de consolidação. Em relação a esta empresa salientamos o seguinte: um volume de negócios aproximado de quarenta e três milhões de euros, investimento na ordem dos sessenta milhões de euros, mesmo assim aquém do previsto no orçamento, o elevado endividamento, apresentando-se mesmo no limite e ainda o facto de existirem municípios que se apresentam fortemente devedores, nomeadamente os Municípios de Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, com dívida vencida na ordem dos seis milhões de euros." -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Relatórios de Contas do ano de dois mil e dez das empresas AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; MATADOURO REGIONAL DE MAFRA; TAPADA NACIONAL DE MAFRA – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM e PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA., nos termos do disposto na alínea d), número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

-- Prosseguiu-se com o oitavo ponto denominado "**Prestação de Contas do Ano Económico de 2010**" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues. -----

-- Sobre este ponto, o Senhor Vice-Presidente fez uma apresentação em *Powerpoint*, que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO QUATRO" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que gostaria de salientar o trabalho que representou este ano, pela primeira vez, a consolidação das contas. -----

-- O Senhor António Branco disse que "finalmente temos as contas consolidadas, o que é uma boa notícia para o Concelho, mesmo que as conclusões não sejam muito divergentes dos resultados do Município, mas é uma exigência que estava prevista na Lei das Finanças Locais. Finalmente está a funcionar em Mafra neste ano de dois mil e onze, relativamente aos resultados de dois mil e dez. O trabalho que envolveu deve ser relevado. É evidente que as contas todas aprovadas no final de Abril e trazidas à Assembleia até esta altura é difícil, se calhar temos que alterar o nosso regulamento para ser em Maio, para poder trabalhar um pouco mais à vontade. Aproveitando a deixa que o Senhor Vice-Presidente nos dá, relativamente a algumas dúvidas que temos em relação às contas, sobre a demonstração de resultados de dois mil e dez, já foi referido que os resultados operacionais são à volta de doze milhões de euros negativos, os resultados correntes também são negativos e o resultado final é de quatro milhões e setecentos mil euros. Há aqui umas referências a estes proveitos e ganhos financeiros e aos proveitos extraordinários que, relativamente ao ano anterior, crescem significativamente. Os proveitos e ganhos financeiros de novecentos e vinte e cinco mil euros em dois mil e nove, passam para um milhão e setecentos mil euros e, sobretudo, os proveitos extraordinários de três milhões de euros passam para seis milhões de euros. Talvez me tenha falhado alguma referência que me tenha sido dada, mas gostaria de ser informado do que se tratam os proveitos extraordinários. Sobre a certificação dos ROC, também olho com alguma atenção para este aspecto, também há uma referência que já foi salientada relativamente aos montantes que na altura em que se encerrou a Mafratlântico o Conselho de Administração se comprometeu colectivamente que quaisquer resultados anormais que viessem a ser identificados seriam responsabilidade da Câmara. Gostaria de saber como está aquele processo, parece já ter sido objecto do acórdão do Tribunal Arbitral, que tem por um lado a Câmara, por outro lado a Construtora do Tâmega e a Zagope. Sei que se calhar ainda não chegou ao fim o processo e não podemos estar a antecipar, mas era importante para percebermos até que compromissos são atirados para o futuro. Relativamente ao auditor externo, quando aborda a demonstração de resultados, ele faz uma referência até para explicar o aumento acentuado da rubrica fornecimentos e serviços externos dos contratos de arrendamento com a Mafreduca. Portanto, diz que a partir deste ano são quatro milhões de euros anuais e que houve uma parte que a Mafreduca facilitou a Câmara no sentido de não cobrar no primeiro ano, ficando desdobrado em cento e vinte prestações mensais, num montante de quase quatro milhões. A pergunta que eu faço é a seguinte: são vinte e cinco anos, para um investimento de cerca de quarenta milhões inicialmente, ao fim deste tempo, vamos pagar cem milhões, é isso? Se calhar estou enganado, porque não tem que ser os quatro milhões todos os anos. Sobre a questão do endividamento líquido do Município, também talvez nos pudesse esclarecer quanto a esta questão, embora me pareça que está assegurado pelo menos neste ano. Qual é a evolução e o que é que é expectável? É difícil dizer o que é expectável, depende de muita coisa. Há alguma informação adicional relativamente a estes pontos?" -----

-- Usando da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "relativamente às contas consolidadas que são apresentadas, evidentemente que nos associamos aos elogios ao trabalho dos técnicos da Câmara Municipal e também quero fazer um agradecimento especial a dois membros da bancada do Partido Social Democrata, ao Ivo Caracol e ao Hugo Luís, que fizeram aqui uma «troika» porque a documentação era muita e tivemos que dividir entre os três para uma análise um pouco mais atenta a tudo o que foi apresentado. Sobre esta matéria, gostaria de ressaltar algo que considero positivo. Em primeiro lugar, gostaria de apontar duas reservas que são feitas pelos auditores, nomeadamente uma reserva relativa à sociedade Pavimafra, indicada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e à inventariação também dos bens de activo imobilizado do Município; em segundo, os ênfases indicados relativamente à sociedade Mafratlântico, mas penso que foram esclarecidos pelo Senhor Vice-Presidente no ponto anterior. Em terceiro lugar, há

realmente um excesso de dívida de curto prazo, que julgamos que deverá ser negociada para médio e longo prazo, é evidente que pela sua explicação percebemos que resulta de vendas que não são realizadas e o contexto também não é o melhor para as realizar, e com certeza que o Município também não as querará realizar ao desbarato. Seguidamente, também, com o princípio da prudência, que é mencionado pelo auditor externo, não se consegue prever o desfecho de um processo judicial especial e uma determinada responsabilidade que deverá ter em conta. Gostaríamos de obter um esclarecimento sobre estes pontos. A ressaltar o resultado líquido obtido em dois mil e nove que foi negativo e relativamente a este ano também foi, mas houve uma variação positiva de cerca de cinco milhões de euros, o que foi bom e mostra uma tendência contrária àquilo que aconteceu no ano passado. Da actividade da Câmara Municipal em dois mil e dez, de realçar o aumento dos proveitos totais de dois mil e nove para dois mil e dez. O aumento verificou-se especialmente na transferência e subsídios nos proveitos financeiros e proveitos extraordinários. Por outro lado, os custos totais não aumentam na mesma proporção, o que ressaltamos. Do lado da despesa, esta aumentou, o que se tivermos em conta o aumento do IVA e dos combustíveis, não me parece que os valores atingidos e a sua evolução sejam preocupantes. Se virmos a relação despesa corrente com a receita corrente, esta permite um aforro de cerca de quatro ponto sete milhões de euros. Saliento ainda que apesar do resultado líquido ser negativo, verificou-se um *cashflow* positivo no montante de oito ponto cinco milhões de euros em dois mil e dez, contra dois ponto seis em dois mil e nove. De dois mil e nove para dois mil e dez, houve uma variação positiva de cinco ponto nove milhões de euros, no seguimento dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa. O endividamento líquido é de dois ponto nove. Ressaltamos ainda que, na consolidação de contas, a Câmara Municipal mais Sector Empresarial Local o endividamento é de cerca de quarenta e cinco milhões de euros, com cerca de vinte milhões a médio e longo prazo, cerca de vinte milhões de curto prazo. Este endividamento, perante o passivo total de cerca de quatrocentos e seis milhões de euros, colocam em situação mais vulnerável todos os que andaram a apregoar nos últimos anos aquilo que, segundo eles, era o grande senão das contas municipais: o tamanho do endividamento nas contas consolidadas de Mafra. Estamos a colocar numa balança quarenta e cinco milhões, num total passivo de quatrocentos e seis milhões de euros. Há aqui uma diferença notória. Como mencionado no ponto onze ponto quatro da certificação legal de contas, e em obediência ao princípio da exposição do exercício na perspectiva dos proveitos relacionados com IMI, derrama, transferência do Estado e IRS em dois mil e dez, que será receita em dois mil e onze, provocou uma diminuição dos proveitos de cerca de zero ponto cinco milhões de euros. É evidente que quando aprovámos as grandes opções do plano para dois mil e dez, tínhamos uma perspectiva mais positiva sobre o contexto económico, permitindo naquela altura sonhar com uma realização de obra para Mafra mais efectiva, o que no decorrer do ano transacto, dadas as dificuldades da captação de receitas e desaceleração da actividade económica tornou-se completamente desajustado. Parece-nos que estas contas reflectem na globalidade um ajuste realista à crise com que nos deparámos e continuamos a enfrentar, permitindo que Mafra esteja neste momento numa situação mais confortável do que a maioria dos municípios congéneres. Desta forma, informa-se que o grupo do PPD/PSD vai votar favoravelmente as contas que foram apresentadas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "tinha previsto que hoje podia anunciar aos senhores membros da Assembleia Municipal a publicação que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas todos os anos faz, tendo estado prevista a realização de uma sessão no Porto para apresentação de um livro com as contas de todos os municípios. Esta sessão foi adiada para dia cinco de Maio, mas, *off the record*, o *ranking* de Mafra voltou a subir. -----

-- O Senhor Vice-Presidente respondeu, dizendo que "sobre os proveitos extraordinários, referem-se à transferência do valor proveniente da EP. Sobre a

questão da Mafratlântico, a proposta dos senhores empreiteiros, apresentada em Tribunal Arbitral, era de cerca de vinte e dois milhões. Ainda assim, depois de grandes deligências da nossa parte, esse valor ficou nos cerca de catorze milhões e setecentos mil euros. Quanto aos valores em discussão com a EP, e depois da nossa exposição, esta respondeu-nos que a haver esse eventual encontro de contas, ele só será efectuado no final do período previsto no acordo, ou seja, no dia trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze. Neste momento, é impossível dar um valor real, sendo que haverá sempre um montante que irá ficar acomodado na Câmara, não tenho dúvidas sobre isso. Relativamente a outro tema que foi abordado, a Mafreduca, esta tem um modelo financeiro próprio. Varia em função da taxa de juro. Não há uma fixação por um período largo de anos, mas sim apenas por três anos, com uma taxa de referência de cinco ponto vinte e cinco e que terminou em Março deste ano. Estamos neste momento a negociar uma nova solução, mas não podemos prejudicar o orçamento municipal em função das alterações resultantes na volatilidade dos mercados relativamente às taxas de juro que, como sabem, estão a subir. Sobre a última questão que me foi colocada, a respeito do endividamento líquido, eu direi que estamos bem. A nível de médio e longo prazo, não atingimos de forma nenhuma o limite. Note-se, contudo, que o endividamento líquido que temos que considerar este ano, em Dezembro de dois mil e onze, tem que ser reportado a Setembro de dois mil e dez, quando o que era normal era ser de Dezembro a Dezembro. Ainda assim, temos um endividamento líquido negativo e a capacidade de endividamento é na ordem dos trinta milhões de euros, ou seja, temos toda a capacidade disponível, mas também não há ninguém que financie." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia pediu autorização para que a reunião se prolongasse para além da meia-noite. O pedido foi aceite. -----

-- O Senhor António Branco interveio para dizer que "das informações que nos foram transmitidas pelo Senhor Vice-Presidente, eu posso reter duas ou três ideias. A questão com a Construtora do Tâmega e Zagope ainda está por resolver qualquer coisa na ordem entre cinco e oito milhões de euros, o que significa que se, por acaso, for de cinco milhões, se acrescentarmos ao défice deste ano teríamos logo dez milhões. A questão da Mafreduca, é evidente que ela está em permanente negociação e, como vimos foi possível negociar três milhões. É impossível concluirmos o que quer que seja. Depois das intervenções ouvidas aqui, eu, de facto, tenho aqui alguns elementos preparados, mas estranho é esta grande satisfação porque nós ao prejuízo de dez milhões do ano passado acumulámos para este ano um prejuízo de quatro vírgula sete. Estamos todos satisfeitos porque em dois anos temos quinze milhões de prejuízo. Estamos a piorar neste dois anos e, portanto, são estas as consequências que devemos tirar destes números. Sobre os valores tenho aqui alguns elementos, mas, no essencial, queria transmitir-vos a ideia que é a seguinte: acho que ninguém de bom senso critica um Executivo Municipal que num determinado ano faça uma situação difícil global, corta algumas das obras que pretende realizar. Algumas receitas não vieram, embora os resultados que tenho aqui não sejam tão negativos. Na receita arrecadada de dois mil e dez houve um acréscimo de três vírgula seis por cento. Em algumas das rubricas, sobretudo das taxas, verifica-se uma queda significativa porque a construção está paralisada, mas como sabemos o IMI tem vindo a sofrer todos os anos um reforço significativo porque estão a entrar impostos correspondentes àquelas pessoas que beneficiaram de isenção do IMI durante oito, nove, dez anos e agora estas receitas estão a entrar sistematicamente. Nós não criticamos estes aspectos de algum corte do investimento realizado, o que criticamos é não intervir do lado da despesa. Nós sabemos que oitenta e três por cento das despesas num Município são despesas com pessoal ou despesas com serviços e é aí que eu verifico que de um ano para o outro houve um aumento de dezassete por cento das despesas com pessoal e que para eu aceitar o que me é dito que isso resulta do pessoal que vem para as escolas, tem que mostrar os números, porque a informação que eu tenho é que muitas escolas ainda estão em fase de concursos.

As escolas queixam-se que faltam recursos nessa área e, portanto, como é que já estão a falar que houve um aumento das despesas de pessoal vindo daí. Por outro lado, nos serviços alguma coisa pode ser feita. Sabemos todos as dificuldades que se verifica na gestão do nosso orçamento, e nós fomos sensíveis na votação que fizemos aqui relativamente à questão dos impostos e às taxas que foram propostas a esta Assembleia, votando até a contra gosto, mas com um grau de responsabilidade, a resposta que esta Assembleia nos dá é a que foi trazida aqui da intervenção inicial que marcou o sentido desta Assembleia. Há aqui maneiras de tratar os problemas, com frontalidade, com transparência, com bom senso, percebendo a realidade e fazer o discurso de que do lado do adversário tudo é defeito e de que, do nosso lado, até quando temos prejuízos de cinco milhões de euros, estamos a melhorar porque no ano anterior tivemos prejuízos de dez milhões. Vejam se este raciocínio tem algum sentido." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu ainda que "a questão é simples. Uma coisa é quando se gasta dinheiro público a fazer festas e propaganda, outra coisa é quando se gasta dinheiro público a fazer obra. Quando aparece obra nós vemos que houve um investimento, mas há uma despesa associada a essa obra. De facto, o Senhor referiu, e bem, há uma redução, ainda é negativo, gastámos mais, mas também fizemos mais investimento. Todas as pessoas vêem que a obra surge. O passivo aumentou, mas o activo da Câmara, os bens que a Câmara tem para cobrir esse passivo também aumentaram. Em termos locais, há despesa que é contraposta com obra feita. Sabia que o Ministério da Educação já devia ter transferido dinheiro para pagar as refeições das crianças das escolas com dificuldades financeiras e ainda não transferiu? Isto é preocupante, a Câmara tem que estar do seu orçamento municipal a garantir verbas que tem protocoladas com o Ministério da Educação, porque este não honra os seus compromissos. Isto é preocupante. É ver que temos que andar do nosso orçamento municipal a acudir a falhas do Governo Central. Por isso é que temos que ver as contas todas. Há despesa, mas existe uma obra para justificar essa despesa." -----

-- Não se verificando mais inscrições, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e dez, que constam dos seguintes documentos: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapa de Controlo Orçamental da Receita, Mapa de Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Económica, Mapa de Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Orgânica e Económica, Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano, Execução das Grandes Opções do Plano, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Execução do Plano de Actividades Municipais, Resumo dos Fluxos de Caixa e Contas de Ordem, Fluxos de Caixa, Operações de Tesouraria, Mapa de Modificações às Grandes Opções do Plano, Mapa de Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, Mapa de Modificações ao Plano de Actividades Municipais, Transferências Correntes da Receita, Transferências de Capital da Receita, Transferências Correntes da Despesa, Transferências de Capital da Despesa, Subsídios Concedidos – Despesa, Situação dos Contratos, Mapa de Empréstimos, Outras Dívidas a Terceiros, Anexos às Demonstrações Financeiras e Consolidação de Contas do ano económico de dois mil e dez, acompanhados do Parecer e Certificação Legal de Contas do Auditor Externo, bem como o Relatório de Gestão do ano de dois mil e dez que constam dos seguintes documentos: Análise Financeira, Actividades Exercidas (Gabinete de Informática e Modernização Administrativa, Serviço de Polícia Municipal, Gabinete Municipal de Protecção Civil e Técnico Florestal, Departamento de Administração Geral, Departamento de Planeamento e Gestão Financeira, Departamento de Urbanismo, Departamento Sociocultural e Departamento de Obras Municipais), Proposta de Aplicação de Resultados e Organograma para o ano económico de dois mil e dez. Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou favoravelmente os referidos documentos, bem como a aplicação do Resultado negativo no montante de quatro milhões seiscentos e trinta e nove mil trezentos e cinquenta e seis euros e dois cêntimos, nos termos da alínea c) do número dois do

artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte sete votos a favor do PPD/PSD e nove abstenções do PS, duas do CDS/PP, duas da CDU e uma do Bloco de Esquerda. -----

-- Deu-se início ao nono ponto sobre **"Modificação aos Documentos Previsionais – 1. Revisão"**-----

-- O Senhor Hugo Luís disse que "relativamente a este ponto, apesar de ocorrerem alterações no orçamento da receita e da despesa ao Plano de Actividades Municipais e ao Plano Plurianual de Investimentos, as alterações incidem, essencialmente, no orçamento da receita que decorre na inscrição do saldo de gerência do ano anterior, no montante sete milhões quinhentos e oitenta e três mil euros e a anulação do valor de quatro milhões novecentos e vinte e quatro mil euros, valor esse que se refere ao financiamento da DREL pela construção das escolas, valor recebido ainda em dois mil e dez, após a elaboração dos documentos previsionais de dois mil e onze. Face ao exposto, a bancada do PSD vota favoravelmente a modificação dos documentos previsionais." -----

-- Procedeu-se à votação. A Assembleia, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar a quarta Modificação aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e onze – primeira Revisão: Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, com inscrições/ reforços no montante de sete milhões quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta euros e diminuições/ anulações no montante de quatro milhões novecentos e vinte e quatro mil cento e sessenta e cinco euros; Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa, com inscrições/ reforços no montante de três milhões oitocentos e quarenta e três mil setecentos e quinze euros e diminuições/ anulações no montante de um milhão cento e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta euros; Primeira Revisão ao Plano de Actividades Municipais, com inscrições/ reforços no montante de quatrocentos e seis mil quinhentos e noventa euros e diminuições/ anulações no montante de noventa e quatro mil e trezentos euros; e Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com inscrições / reforços no montante de três milhões oitocentos e um mil trezentos e trinta e cinco euros e diminuições/ anulações no montante de um milhão e quinhentos mil euros. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e oito do PS e uma abtenção do PS, duas do CDS/PP, duas da CDU e uma do Bloco de Esquerda. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público.** -----

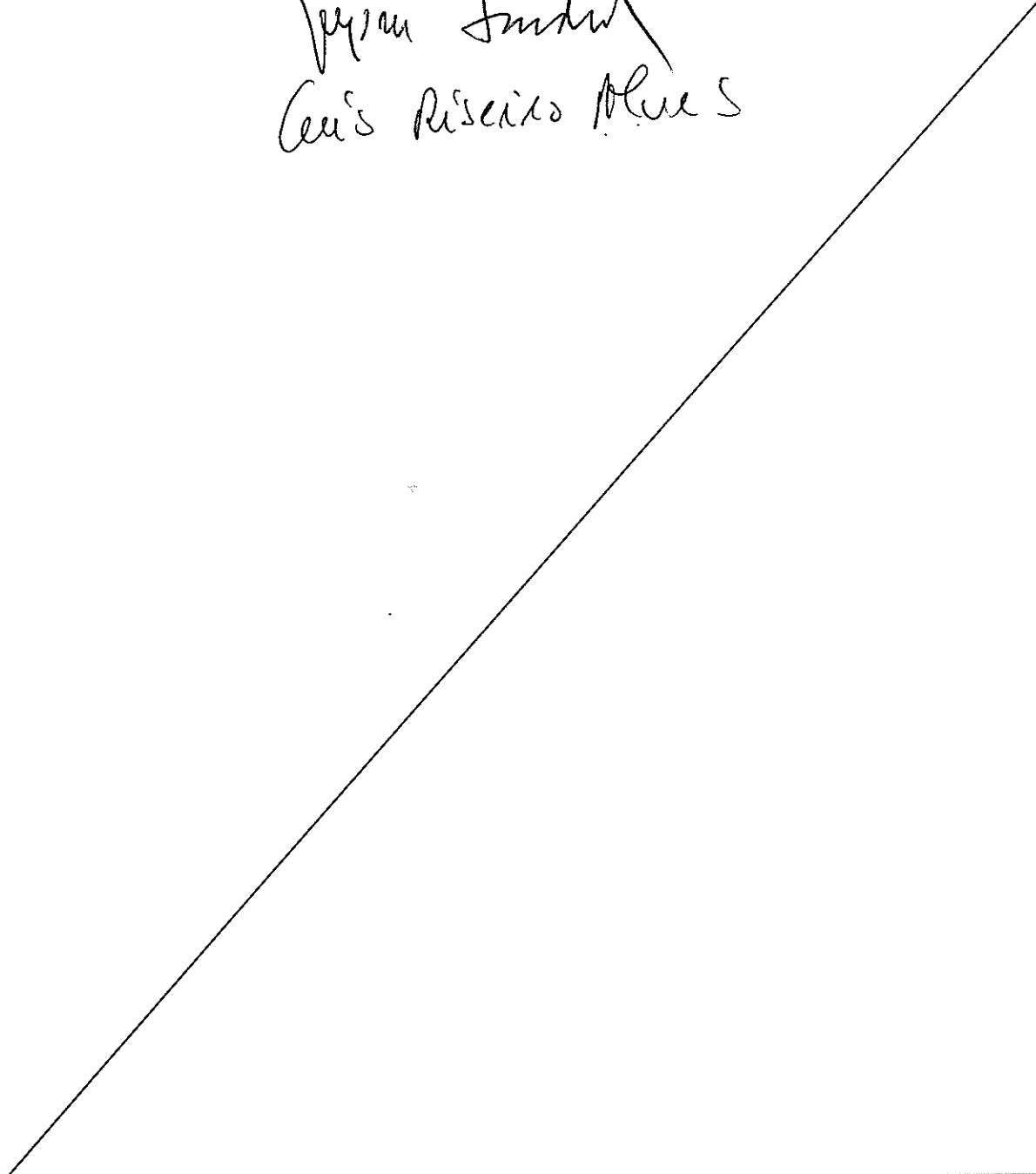
-- Interveio o Senhor Carlos Santos, Presidente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços de Mafra (ACISM), para dizer que "gostaria de falar sobre o regulamento dos períodos de funcionamento, a que nós demos o nosso parecer, como foi pedido pela Câmara e como é de Lei. Em relação ao alargamento dos períodos de funcionamento das grandes superfícies, para o domingo à tarde, pensamos que todos os males que isso poderia ter provocado já provocaram há vinte anos atrás. Não é o domingo à tarde que vai trazer os problemas ao comércio local. Nós defendemos o comércio local, o comércio tradicional, por outras vias, nomeadamente pela inovação, pelas iniciativas diferentes. Agora, gostaríamos que o Executivo tivesse em atenção um pequeno factor, eu sei que estamos numa altura de crise, mas gostaríamos, por exemplo, de ver uma parte do IMI e derrama das grandes superfícies do Concelho dirigidas ao desenvolvimento do comércio local. Não sei se poderá ser feito tecnicamente, mas essa é uma das propostas que nós fizemos. Na direcção da ACISM só temos uma política que é a de sermos construtivos e termos opiniões de compromisso com o Concelho e com os nossos associados que são os comerciantes. Falando de um caso concreto para não dizerem que estamos apenas a divagar, nós somos parceiros da Câmara como dos

outros intervenientes na regeneração urbana, somos parceiros da Câmara também na Certificação do Pão de Mafra, e, portanto, queremos estar lado a lado. Quando se verificar a perda do estacionamento em frente ao Palácio, que eu acho que se deve fazer porque a Candidatura do Palácio a Património Mundial da Unesco é uma excelente iniciativa e só irá trazer bons resultados ao nosso Concelho, mas como vamos ficar com o estacionamento bastante longe, se nós através do IMI ou da derrama dessas superfícies alocássemos algum valor para que os transportes, efectuados com mini-autocarros, para o centro da vila fossem gratuitos. Não sei se será possível, mas se houvesse alguma ajuda nesse sentido, para que os consumidores se pudessem deslocar de uma forma bastante barata, já seria uma excelente iniciativa." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra, quando passavam trinta minutos das vinte e quatro horas. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís Ribeiro Alves





Rejeita o ver
Contar: 28 votos PSB
Favor: 9 votos PS
Abstenc: 1 CDU
Bora Esquerda 1
CD 5 2
28/4/2017

MOÇÃO

Na passada segunda-feira comemorou-se a passagem de mais um aniversário sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974, que passou a ficar assinalado com o "Dia da Liberdade".

Neste momento difícil que estamos a viver é de assinalar a coragem daqueles Militares, que saíram de vários quartéis, designadamente da EPI, emanados de uma vontade de inverter um período negro da nossa história de mais de 5 décadas e de construir um país livre, democrático e mais desenvolvido.

É em nome desses militares, anónimos por vontade própria, e de muitos outros lutadores pela liberdade, que aqui estamos hoje reunidos nesta Assembleia, num palco de democracia de base por excelência, que são as Autarquias Locais.

Já evocámos na anterior Assembleia Municipal um dos ilustres Homens de Abril, o Major Vitor Alves, nascido neste Concelho a 30 de Setembro de 1935, que, pela sua atitude de serenidade e discrição constitui um exemplo de quem se pôs sempre na perspectiva de serviço da causa pública, fugindo da tomada de quaisquer atitudes que pudessem ser entendidas como de protagonismo pessoal e de procura de louros pelos actos praticados. Ele deve ser para todos nós que vivemos neste concelho uma referência essencial para o entendimento que temos da intervenção política e de despojamento de quaisquer interesses pessoais no seu desempenho.

A ele, o Partido Socialista, e estamos em crer toda esta Assembleia, presta a sua sentida homenagem como Militar de Abril e, sobretudo, como cidadão.

Caros Membros da Assembleia, Senhores Vereadores e digníssimo publico,



W

2

Comemorar o 25 de Abril, sobretudo neste ano difícil, é ser fiel a esta herança de Liberdade e Democracia que foi devolvida naquele dia a todos os Portugueses, sem distinção.

Vivemos tempos difíceis, muito difíceis. A palavra «crise» é agora um dado adquirido e assumido, que afecta todos os portugueses ao ponto de muitos de nós se interrogam sobre se foi este o País com que sonhámos em Abril de 1974.

Ao longo destes anos, muitos de nós vivemos na ilusão de que se poderiam usufruir padrões de consumo idênticos aos dos países mais desenvolvidos da União Europeia, não tendo a consciência de que esses padrões poderiam estar associados a um continuado endividamento do País.

Todos nós, os nossos governantes, os nossos partidos, vivemos inebriados em pequenos sucessos momentâneos, esquecendo que muitas das vulnerabilidades estruturais que afectam o País se mantiveram ao longo dos anos.

A batalha em que nós estamos hoje envolvidos exige uma maior eficiência do Estado, liberto dos pequenos e grandes grupos de interesses que dominam o país, uma transformação dos partidos políticos que deverão ser portadores de propostas claras, consequentes e responsáveis para resolver os problemas com que se confronta a sociedade portuguesa e não meros portadores dos interesses que a dominam e, sobretudo, exige uma participação e intervenção genuína da sociedade civil, capaz de transportar para o interior da organização social uma solidariedade crescente entre grupos sociais, gerações e interesses legítimos.

Temos de ser capazes de romper essa tenebrosa teia de condicionantes e interesses que nos tolhe a todos nós. A vida colectiva dos Portugueses assim o exige.



A Liberdade, a Democracia e a Paz são valores sem preço, pelos quais vale a pena lutar. Liberdade significa também alcançar a Justiça Social, nas suas várias vertentes, para se construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática, em que as pessoas sejam o centro.

Não foi para cavar um fosso cada vez maior entre os ricos e os pobres, nem para se aumentarem as distorções ao nível da distribuição dos rendimentos do trabalho, que se fez o 25 de Abril!

Neste ano em que se comemora o 37º aniversário do 25 de Abril vão os Portugueses, uma vez mais, ser chamados às urnas para expressar o caminho a trilhar nos próximos anos.

Não deveremos, nesta fase, alimentar um discurso de crítica sistemática à classe política, nem ceder aos populismos fáceis de contestação do sistema. É cómodo ficar de fora e culpabilizar os agentes políticos ou os agentes económicos pela situação actual. Difícil é fazer um esforço de empenhamento activo na vida cívica, é contribuir para o esclarecimento e para o debate das diferentes propostas de governação. Enfim, difícil é participar activamente.

O papel dos partidos é essencial nesta fase da vida nacional. Um papel clarificador no plano das propostas e da apresentação de alternativas, suportado mais na prática da procura das melhores soluções do que na sistemática procura de responsáveis pelas situações, valorizando as convergências em vez de agravar as divergências, contribuindo para o esclarecimento e para o debate em vez de acentuar as tensões, promovendo o empenhamento activo na vida cívica em vez de acentuar o fosso entre a política e a sociedade, entre eleitos e eleitores.



É esta prática que distingue o regime em que vivemos daquele que caiu em 1974. Votar é um dever cívico e um acto de responsabilidade. Há que manter a esperança num futuro pleno de justiça e de solidariedade. Temos de continuar a lutar por um país novo, por um país mais livre, democrático, justo e fraterno

Há 37 anos, vivíamos também tempos de crise e soubemos tomar as opções acertadas. A crise só será ultrapassada se aprofundarmos os instrumentos que a Democracia nos propicia, na defesa das pessoas e dos seus valores e ideais, se vencermos o medo e enfrentarmos com decisão os problemas, em vez de esperar que outros os venham resolver por nós.

Este projecto resume-se em dar continuidade a esta nação que é Portugal, que conseguiu resistir e vencer os diversos desafios com que foi confrontada ao longo da sua História de nove séculos e ~~se~~ afirmar ^{de} no contexto das nações europeias.

Este projecto é da responsabilidade de todos nós, sem excepção. É este o sentimento que deve prevalecer nas comemorações do 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril,

Viva a Liberdade,

Viva Portugal.



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Mafra

MOÇÃO

Por uma gestão da água que sirva os interesses
da população do Concelho de Mafra

O Concelho de Mafra tem um das taxas de água mais elevadas de todo o país, facto há muito contestado pela população e que não estará dissociado do papel pioneiro da autarquia na privatização do abastecimento de água.

Considerando que

- Em Dezembro de 2010, a Câmara Municipal de Mafra aprovou os novos tarifários de fornecimento de água e taxas associadas, que levaram a um crescimento médio de 17% nas facturas da água;
- Este aumento é justificado pela necessidade de fundos para alargamento do sistema de saneamento básico no concelho, numa clara lógica de investimento público e do cidadão para lucro de um privado, que ainda se viu abonado pela extensão da concessão do abastecimento de água no município de 25 para 30 anos.
- Num momento em que a crise social se agudiza, com crescimento do desemprego e da precariedade, esta medida aumenta as dificuldades sentidas pelas pessoas, afigurando-se como absolutamente contraditória com a prioridade social definida pelo presidente de Câmara aquando da tomada de posse do actual Executivo.

V
Vols Bloco de Esquerda
Vols contra: 28
Vols Fovet: Bloco Esquerda
Assistentes: PS@
CBU 1
CBU 2
28/4/2011
V
↓

Considerando ainda a não existência de provas cabais dos tão anunciados benefícios da gestão privada dos recursos naturais, servindo esta apenas para garantir benefícios a alguns e a dependência das comunidades de empresas pouco preocupadas com o serviço público.

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 28 de Abril de 2011, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera:

- 1- Repudiar o aumento da factura da água resultante dos novos tarifários aprovados pelo Executivo Autárquico em Dezembro de 2010;
- 2- Exigir à Câmara Municipal a revisão imediata do referido tarifário, de modo a garantir o abaixamento das facturas de água no município.
- 3- Recomendar à Câmara de Mafra que inicie com carácter de urgência o processo que permita a cessação do contrato assinado com a empresa Veolia, de concessão do abastecimento de água no Município, chamando a si esta responsabilidade;

Mafra, 28 de Abril de 2011

O Eleito do Bloco

Aníbal Ferra

SAUDAÇÃO

Comemoram-se 37 anos sobre o dia em que a Liberdade, depois de quase meio século de fascismo, renasceu em Portugal, graças aos valorosos capitães de Abril e à determinação de um povo cujas vanguardas nunca abandonaram e resistiram e se sacrificaram na preservação e alimento das sementes da coragem e da dignidade. Por todo o país, durante as décadas de sombra e medo, homens e mulheres se encontravam às ocultas, se organizavam, lutavam, divulgavam a sua luta contra a opressão, escreviam páginas heróicas, que muitos ainda hoje fazem por ignorar, e tudo entregavam, mesmo a vida, ao seu sonho de libertação de um povo.

Também em Mafra, a bota pesada do fascismo se fez sentir, sob as mais variadas formas. Terra dominada por duas ou três famílias de terra-tenentes e proprietários abastados, de elites castrenses, de uma igreja influente e retrógada, de uma edilidade com poder absoluto e discricionário, Mafra foi terreno fértil de miseráveis milícias fascistas, de informadores da Pide que se disfarçavam (mal) de profissões chamadas menores, a soldo dos poderes, a troco de benesses que mais do que esmolas não eram. Mafra era também terra de muita miséria, de muitas fomes, de pobres de pedir aos sábados, único dia consentido pela edilidade, de crianças que, em bandos, vindos dos extremos da vila, faziam concerto de latas em que recolhiam as sobras do rancho que no quartel lhes concediam e que constituía, as mais das vezes, a sua única refeição.

Neste caldo de assimetrias, medos e misérias, homens e mulheres sempre houve que não se venderam, não se calaram, não desistiram de lutar contra uma sociedade cruel e indigna. Muitos desses mafrenses foram perseguidos, espiados, presos, durante meses, anos, alguns repetidas vezes. Os "agentes", assim chamados os tenebrosos homens da PIDE, apareciam, e, guiados pelos informadores locais, irrompiam pelos locais de trabalho, pelas casas, e metiam os nossos amigos nas

V. e

carrinhas sendo que, tantas vezes, só muito tempo depois, alguém voltaria a saber deles. Foram residentes de todas as prisões cujo nome ainda hoje constitui a marca de um tempo em que a vileza foi lei. Aljube, Caxias, Penitenciária, Peniche, conheceram mafrenses cujo único crime foi resistirem à permanência insuportável de um regime estúpido, anacrónico e criminoso.

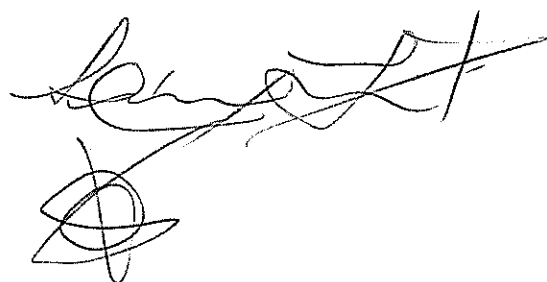
São esses homens e mulheres que hoje a CDU pretende homenagear, louvar, lembrar, reiterando-lhes a imensa gratidão pela sua coragem, pela sua bondade, pelo exemplo que nos deram de que vale sempre a pena lutar, ainda mais "em tempos de servidão".

Esta homenagem, este louvor, têm hoje, infelizmente, uma maior relevância, porquanto vivemos mais um episódio doloroso da nossa história, com as forças do obscurantismo, agora com novas nuances, aliadas às forças do dinheiro, tentando impor-nos o garrote da miséria para satisfação da sua ganância sem limites, sem moral, sem inteligência, sem pinga de amor pela humanidade.

Viva Abril! Viva a Liberdade!

Mafra, 28 de Abril de 2011

Os representantes da CDU





EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010 PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELAÇÃO RECEITA/DESPESA 2010

	RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	43.090.823,45	98,89%	38.374.867,98	87,67%
CAPITAL E OUTRA	12.650.321,62	37,99%	17.810.412,50	43,30%
TOTAL GERAL	55.741.145,07		56.185.280,48	
EXECUÇÃO	72,51%		66,18%	

RECEITA - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
RECEITA CORRENTE	43.572.995,00	43.090.823,45	98,89%
RECEITA DE CAPITAL	33.302.365,00	12.598.106,07	37,83%
OUTRA		52.215,55	
TOTAL	76.875.360,00	55.741.145,07	72,51%

RECEITA CORRENTE - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
IMPOSTOS DIRECTOS	19.179.360,00	19.013.705,94	99,14%
IMPOSTOS INDIRECTOS	2.484.275,00	1.821.257,47	73,31%
TAXAS, MULTAS E O. PENALIDADES	2.949.805,00	2.696.022,55	91,40%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	822.480,00	555.282,62	67,51%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.620.275,00	11.888.121,35	102,30%
VENDA DE BENS E SERV. CORRENTES	5.461.345,00	6.086.666,79	111,45%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.055.455,00	1.029.766,73	97,57%
TOTAL	43.572.995,00	43.090.823,45	98,89%

RECEITA DE CAPITAL E OUTRA - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
<u>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</u>	10.011.030,00	7.404,00	0,07%
<u>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</u>	21.691.335,00	12.590.702,07	58,04%
<u>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</u>	1.600.000,00	0,00	0,00%
<u>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</u>		52.215,55	
TOTAL	33.302.365,00	12.650.321,62	37,99%

DESPESA - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
<u>DESPESA CORRENTE</u>	43.769.745,00	38.374.867,98	87,67%
<u>DESPESA DE CAPITAL</u>	41.132.390,00	17.810.412,50	43,30%
TOTAL	84.902.135,00	56.185.280,48	66,18%

DESPESA CORRENTE - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
<u>PESSOAL</u>	14.525.145,00	14.454.463,57	99,51%
<u>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</u>	22.415.855,00	17.507.224,16	78,10%
<u>JUROS E OUTROS ENCARGOS</u>	132.000,00	128.301,33	97,20%
<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	3.321.820,00	3.203.214,09	96,43%
<u>SUBSÍDIOS</u>	296.440,00	296.427,69	99,99%
<u>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</u>	3.078.485,00	2.785.237,14	90,47%
TOTAL	43.769.745,00	38.374.867,98	87,67%

DESPESA DE CAPITAL - DOTAÇÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ANUAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
<u>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</u>	39.695.340,00	16.383.905,40	41,27%
<u>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</u>	210.800,00	207.299,20	98,34%
<u>ATIVOS FINANCEIROS</u>	299.630,00	299.630,00	100,00%
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u>	921.000,00	919.577,90	99,85%
<u>OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL</u>	5.620,00	0	0,00%
TOTAL	41.132.390,00	17.810.412,50	43,30%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO	30.932.342,41	100,00%
<u>FUNCÕES GERAIS</u>	2.670.006,86	8,63%
<u>FUNCÕES SOCIAIS</u>	23.371.776,06	75,56%
<u>FUNCÕES ECONÓMICAS</u>	2.103.510,52	6,80%
<u>OUTRAS FUNCÕES</u>	2.787.048,97	9,01%

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

RESULTADOS OPERACIONAIS

<u>Custos e perdas</u>	53.283.311,40
<u>Proveitos e ganhos</u>	41.316.599,92
RESULTADOS OPERACIONAIS	-11.966.711,48

RESULTADO DO EXERCÍCIO

<u>RESULTADOS OPERACIONAIS</u>	-11.966.711,48
<u>RESULTADOS FINANCEIROS</u>	1.608.253,64
<u>RESULTADOS CORRENTES</u>	-10.358.457,84
<u>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</u>	5.619.101,82
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.739.356,02

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL e face ao resultado negativo de 4.739.356,02€ apurado no ano de 2010, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício seja transferido para a conta 59 - Resultados Transitados.



OBRIGADO

RECEITA CORRENTE

GRANDE CONTRIBUTO DOS IMPOSTOS DIRECTOS, DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E A VENDA DE BENS E SERVIÇOS.

REGISTOU-SE UM ACRÉSCIMO DE 9% RELATIVAMENTE A 2009.



RECEITA DE CAPITAL

A RECEITA DE CAPITAL REFERE-SE ESSENCIALMENTE A TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:

- PROTOCOLO CELEBRADO COM AS ESTRADAS DE PORTUGAL NO MONTANTE DE 4.004.665€;
- COMPARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA EB 2,3 MAFRA E ARRANJOS EXTERIORES NO MONTANTE DE 5.038.871€;
- FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE 1.187.300€.



h
g

IMPOSTOS DIRECTOS

- APRESENTA UM ACRÉSCIMO, RELATIVAMENTE A 2009 DE 7%;
- SENDO O IMT UM DOS IMPOSTOS COM GRANDE RELEVÂNCIA.



IMPOSTOS INDIRECTOS

- VERIFICA-SE UM ACRÉSCIMO NA ORDEM DOS 3% RELATIVAMENTE A 2009;
- APESAR DA CONJUNTURA ECONÓMICA A RECEITA DE LOTEAMENTOS E OBRAS É AQUELA QUE DETEM MAIOR EXPRESSÃO.



RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

REFERE-SE ESSENCIALMENTE A DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E A JUROS DE CONTAS BANCÁRIAS.



TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

VERIFICA-SE UMA QUEBRA NA ORDEM DOS 13% RELATIVAMENTE A 2009.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

■ REFERE-SE ESSENCIALMENTE À PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO, QUE REPRESENTAM CERCA DE 54% DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES;

■ OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFEREM-SE A TRANSPORTES ESCOLARES, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E DESPESA COM PESSOAL NÃO DOCENTE. ←

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

REFERE-SE ESSENCIALMENTE ÀS COMPARTICIPAÇÕES DOS SERVIÇOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO, À RENDA DE INFRAESTRUTURAS AFECTAS À ENERGIA ELÉCTRICA E AOS SERVIÇOS DESPORTIVOS. VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO DE CERCA DE 2% RELATIVAMENTE A 2009. ←

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

■ COMPENSAÇÃO RECEBIDA PELA CGEP RELATIVAMENTE AO SANEAMENTO EM ALTA, DE ACORDO COM O 2.º ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO;

■ REFERENTE A INDEMNIZAÇÕES RELATIVAS A ACIDENTES DE TRABALHO;

■ INDEMNIZAÇÕES POR DANOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM BENS DA AUTARQUIA. ←

VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO

NÃO SE EFECTIVOU AS ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS PREVISTAS. ←

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

- RECEITA PROVENIENTE DE PROTOCOLO CELEBRADO COM AS ESTRADAS DE PORTUGAL NO MONTANTE DE 4.004.665€;
- COMPARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA EB 2,3 DE MAFRA E ARRANJOS EXTERIORES NO MONTANTE DE 5.038.871€;
- FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE 1.187.300€.



OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

NÃO SE EFECTIVOU A VERBA DEVIDA POR POSSÍVEIS CONTINGÊNCIAS PELA EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS PARA A A21, PROVENIENTE DA MAFRATLÂNTICO.



REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

REPOSIÇÕES REFERENTES A DESPESA DE ANOS ANTERIORES.



DESPESA CORRENTE

- AS DESPESAS CORRENTES APRESENTAM UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 2% RELATIVAMENTE AO ANO DE 2009.
- RELATIVAMENTE ÀS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS VERIFICOU-SE UMA REDUÇÃO EM CERCA DE 4%.
- REFEREM-SE ESSENCIALMENTE A SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO, RENDAS DE EDIFÍCIOS ESCOLARES, RECOLHA DE RSU, RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

DESPESA DE CAPITAL

DÁ-SE RELEVÂO ÀS SEGUINTE ACÇÕES REALIZADAS:

- CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES (JI, EB1 E EB2,3);
- REQUALIFICAÇÃO URBANA EM DIVERSAS FREGUESIAS;
- REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA;
- ARRUAAMENTOS EM DIVERSAS POVOAÇÕES;
- ARRANJO PAISAGÍSTICO DE ZONAS VERDES;
- REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE MAFRA;
- REDE DE COLECTORES EM DIVERSAS LOCALIDADES;
- DIVERSOS PARQUES DE JOGO E RECREIO.



PESSOAL

AS DESPESAS COM PESSOAL CRESCERAM CERCA DE 17% RELATIVAMENTE A 2009, RESULTADO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE PESSOAL NÃO DOCENTE.



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- VERIFICA-SE UM DECRÉSCIMO NA ORDEM DOS 4% RELATIVAMENTE A 2009, REPRESENTANDO CERCA DE 46% DAS DESPESAS CORRENTES;
- A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS REFERE-SE, ENTRE OUTRAS, A RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E TRATAMENTO DE EFLUENTES, SERVIÇO DE REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, TRANSPORTES ESCOLARES E RENDAS DE EDIFÍCIOS ESCOLARES.



JUROS E OUTROS ENCARGOS

- REFEREM-SE A JUROS DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO;
- VERIFICA-SE UM DECRÉSCIMO DE CERCA DE 58% RELATIVAMENTE A 2009.



h
g

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- REPRESENTAM CERCA DE 8% DAS DESPESAS CORRENTES;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS REFEREM-SE A APOIO AO FUNCIONAMENTO E AINDA DECORRENTES DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS INCLUEM A RECOLHA SELECTIVA, VERIFICANDO-SE UM ACRÉSCIMO DE 61% FACE A 2009;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS INSTITUIÇÕES REFEREM-SE ESSENCIALMENTE A APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DO CONCELHO E AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E CULTURAL.



SUBSÍDIOS

REFEREM-SE A TRANSFERÊNCIAS PARA
O EQUILIBRIO FINANCEIRO DAS
EMPRESAS GIATUL E MUNICIPIA.



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

- REPRESENTAM CERCA DE 7% DAS DESPESAS CORRENTES;
- SENDO O IVA PAGO QUE MAIOR PESO DETÉM NESTA RUBRICA, REPRESENTANDO 67% DA MESMA.



AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

REPRESENTAM 92% DAS DESPESAS DE CAPITAL E SÃO O REFLEXO DAS ACÇÕES INSCRITAS NO PPI.



W
G

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

APOIO ÀS FREGUESIAS PARA INVESTIMENTO.



ACTIVOS FINANCEIROS

AQUISIÇÃO DE 49.000 ACÇÕES DA SOCIEDADE PAVIMAFRA, DETIDAS PELA EMPRESA JODOFER.



PASSIVOS FINANCEIROS

REPRESENTAM CERCA DE 5% DAS DESPESAS DE CAPITAL E REFEREM-SE A AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO, VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 8% RELATIVAMENTE A 2009.



OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

NÃO SE VERIFICOU DESPESA NESTA RUBRICA.



17

FUNÇÕES GERAIS

- ESTE OBJECTIVO É COMPOSTO PELOS SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS;
- AS ACÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS REFEREM-SE A:
 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DA EB 2,3 DA ERICEIRA;
 - CONTINUIDADE DOS PLANOS DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DA PROTECÇÃO CIVIL E AINDA ACÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO;
 - COOPERAÇÃO E APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DO CONCELHO.



FUNÇÕES SOCIAIS

- AS ACÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS NESTE GRANDE OBJECTIVO REFEREM-SE A:
- SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, TRANSPORTES ESCOLARES E ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR;
- RENDAS DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES;

(CONTINUAÇÃO)



FUNÇÕES SOCIAIS

(CONTINUAÇÃO)

- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES:
 - JARDIM DE INFÂNCIA DAS AZENHAS DOS TANOEIROS;
 - COMPLEXO ESCOLAR DO MILHARADO;
 - COMPLEXO ESCOLAR DA ALCAINÇA;
 - ESCOLA BÁSICA DO GRADIL;
 - ESCOLA EB 2,3 DA VENDA DO PINHEIRO;
 - ESCOLA EB 2,3 DE MAFRA.
- REQUALIFICAÇÃO URBANA NAS DIVERSAS FREGUESIAS;
- REQUALIF. DA ENVOLVENTE AO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA;
- RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E RECOLHA DE RSU E RECOLHA SELECTIVA;
- ARRANJOS PAISAGÍSTICOS EM ZONAS VERDES.



FUNÇÕES ECONÓMICAS

- ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
- ARRUAMENTOS EM DIVERSAS POVOAÇÕES E CONSERVAÇÃO DE VIAS ;
- REABILITAÇÃO DOS APOIOS DE PRAIA;
- ACTIVIDADES DE PROMOÇÃO TURÍSTICA.



W
C
Z

OUTRAS FUNÇÕES

- DESTACAM-SE AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS E NO APOIO ANUAL CONCEDIDO PARA ACTIVIDADES E INVESTIMENTO;
- NAS OPERAÇÕES DA DÍVIDA DA AUTARQUIA, REFEREM-SE AS AMORTIZAÇÕES E JUROS DEVIDOS PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO.



CUSTOS E PERDAS

- COMO REFLEXO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA, SÃO OS CUSTOS COM A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E AS DESPESAS COM O PESSOAL QUE MAIS CONTRIBUEM PARA OS CUSTOS REFLECTIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS;
- AS AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO NÃO SE INCORPORAM NO ORÇAMENTO MUNICIPAL, POR NÃO CONSTITUIR UM FLUXO FINANCEIRO, NO ENTANTO, REPRESENTAM CERCA DE 25% DOS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS.



PROVEITOS E GANHOS

- OS IMPOSTOS E TAXAS REPRESENTAM CERCA DE 54% DOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS;
- AS TRANSFERÊNCIAS REPRESENTAM CERCA DE 32% E A VENDA DE SERVIÇOS 13% DOS MESMOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS.



RESULTADOS FINANCEIROS

- PARA ESTE RESULTADO CONTRIBUÍRAM OS GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL;
- PARA OS CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS CONTRIBUÍRAM ESSENCIALMENTE OS JUROS DE EMPRÉSTIMOS.



W
69

RESULTADOS CORRENTES

**SOMATÓRIO DOS RESULTADOS
OPERACIONAIS COM OS RESULTADOS
FINANCEIROS.**



RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

- PARA ESTE RESULTADO CONTRIBUIU A CONCRETIZAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A EP - ESTRADAS DE PORTUGAL;
- GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES REFERENTES À VALORIZAÇÃO DE IMÓVEIS (ACTUALIZAÇÃO NA MATRIZ PREDIAL DE PRÉDIOS RÚSTICOS EM PRÉDIOS URBANOS);
- RECONHECIMENTO DA QUOTA-PARTE DE PROVEITOS CONSIDERADOS DIFERIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.



RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

**SOMATÓRIO DOS RESULTADOS
CORRENTES COM OS RESULTADOS
EXTRAORDINÁRIOS.**



APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



W
b

RESULTADOS OPERACIONAIS

■ OS RESULTADOS OPERACIONAIS APRESENTAM UM LIGEIRO DECRÉSCIMO RELATIVAMENTE AO ANO DE 2009, NO MONTANTE DE 11.676€.

